UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE- FURG
INSTITUTO DE LETRAS E ARTES – ILA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM LETRAS- PPGL
MESTRADO EM LETRAS
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: HISTÓRIA DA LITERATURA

MAYARA KELLY RODRIGUES MESQUITA

# CONSTRUÇÕES IDENTITÁRIAS NA TRAJETÓRIA DA PROTAGONISTA ALICE NA OBRA *ALICE NO ESPELHO*, DE LAURA BERGALLO

RIO GRANDE – RS
2025

MAYARA KELLY RODRIGUES MESQUITA

# CONSTRUÇÕES IDENTITÁRIAS NA TRAJETÓRIA DA PROTAGONISTA ALICE NA OBRA *ALICE NO ESPELHO*, DE LAURA BERGALLO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras, Mestrado em Letras, área de concentração História da Literatura, da Universidade Federal do Rio Grande, como requisito parcial para a obtenção de grau de Mestre em Letras.

Orientadora: Prof. Drª. Rosane Maria Cardoso.

RIO GRANDE – RS

2025

Ficha catalográfica

M582c Mesquita, Mayara Kelly Rodrigues
Construções identitárias na trajetória da protagonista Alice na obra Alice no espelho, de Laura Bergallo / Mayara Kelly Rodrigues Mesquita - 2025.
91 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande – Programa de Pós-Graduação em Letras, 2025.

Orientadora: Drª. Rosane Maria Cardoso.

1. Letras. 2. Literatura juvenil. 3. Identidade. 4. Corpo feminino. 5. Subjetividade. 6. Alteridade I. Cardoso, Rosane Maria. II. Título.

CDU 81/82

Catalogação na fonte: Bibliotecária Brenda Sequeira CRB10/1979

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG
INSTITUTO DE LETRAS E ARTES – ILA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS – PPGLETRAS

# ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO nº 12/2025

No dia nove de outubro de dois mil e vinte e cinco, através de videoconferência, realizou- se a 292ª defesa de dissertação no PPGL-FURG, da mestranda Mayara Kelly Rodrigues Mesquita, intitulada: **"Construções identitárias na trajetória da protagonista Alice na obra *Alice no espelho*, de Laura Bergallo"**. A sessão foi aberta às catorze horas pela Profa. Dra. Rosane Maria Cardoso (FURG), orientadora da dissertação e presidente da Comissão de Avaliação que também foi composta pela Profa. Dra. Fabiane de Oliveira Resende (FURG) e Profa. Dra. Eliane Aparecida Galvão Ribeiro Ferreira (UNESP). Depois da apresentação, arguição e respostas, a Comissão decidiu que APROVA a mestranda neste requisito parcial e último para a obtenção do grau de Mestre em Letras, na área de concentração em História da Literatura. Após, a presidente publicou o resultado e encerrou a sessão, da qual foi lavrada a presente ata.

gov.br Documento assinado digitalmente
ROSANE MARIA CARDOSO
Data: 10/10/2025 15:01:35-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Profa. Dra. Rosane Maria Cardoso (orientadora – FURG)

gov.br Documento assinado digitalmente
FABIANE DE OLIVEIRA RESENDE
Data: 23/10/2025 17:14:19-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Profa. Dra. Fabiane de Oliveira Resende (FURG)

gov.br Documento assinado digitalmente
ELIANE APARECIDA GALVAO RIBEIRO FERREIRA
Data: 21/10/2025 15:19:31-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Profa. Dra. Eliane Aparecida Galvão dos Santos (UEFES)

Às minhas raízes nordestinas, ao meu Piauí, que me ensinaram que resistir é verbo diário. Nelas aprendi que a seca pode até queimar a terra, mas não cala a esperança; que o vento que açoita também empurra para frente; e que de chão árido brota vida.

## AGRADECIMENTOS

A Jesus Cristo, meu Senhor e Salvador, dedico o primeiro e maior dos agradecimentos. Foi Ele quem me sustentou quando minhas forças se esgotaram e me mostrou que cada página escrita poderia ser oração, cada noite em claro, um ato de fé.

À minha família, que é abrigo e chão. Em especial, à minha mãe, Maria, guerreira de alma firme, exemplo de força e coragem, que me ensinou com sua vida que amor é resistência. À minha irmã, Mayrla, companheira incansável, que caminhou ao meu lado e me lembrou, em cada gesto, que não há vitória que se construa sozinha.

Aos amigos, que me cercaram de cuidado, partilharam sorrisos e suportaram comigo o peso das incertezas, oferecendo sempre a mão estendida quando o cansaço insistia em permanecer.

À minha igreja, comunidade de fé que sustentou as cordas em oração, mesmo quando minhas próprias mãos vacilaram. Em cada intercessão, encontrei renovação e a certeza de que ciência e fé não se excluem, mas se completam no serviço à vida, lembrando-me constantemente que o conhecimento é dom divino e instrumento de serviço ao próximo.

À minha orientadora, Prof. Drª. Rosane Maria Cardoso, pela paciência e generosidade em me conceder liberdade para escrever e encontrar minha própria voz acadêmica, sempre com acolhimento e respeito.

À Universidade Federal do Rio Grande – FURG, por proporcionar esta oportunidade.

À CAPES, que, por meio da bolsa concedida, além de possibilitar a continuidade desta pesquisa, reafirmou que o conhecimento precisa ser democratizado e sustentado pelo compromisso público com a educação.

A todos que cruzaram meu caminho, seja em silêncio ou em palavras, em gestos ou em orações, deixo meu reconhecimento eterno. Este trabalho não é apenas fruto de minha dedicação individual, mas da rede invisível de afeto, fé e resistência que me sustenta.

*O segredo, querida Alice, é rodear-se de pessoas que te façam sorrir o coração. É então, e só então, que você estará no País das Maravilhas.*

Lewis Carrol

## RESUMO

Esta dissertação analisa a obra *Alice no Espelho* (2006), de Laura Bergallo, sob a perspectiva da subjetividade e da construção identitária da protagonista, em diálogo com teóricos da contemporaneidade. O estudo investiga como as pressões sociais, familiares e midiáticas moldam a autoimagem da personagem Alice, cuja trajetória é atravessada por transtornos alimentares, dor psíquica e fragmentação subjetiva. A pesquisa adota uma metodologia qualitativa e interpretativa, fundamentada na análise textual e temática do romance e na articulação com referenciais teóricos de Stuart Hall (2003; 2006), Zygmunt Bauman (2001; 2005), Judith Butler (1990), Bakhtin (1997), Freud (1923), Lacan (1949), Pierre Bourdieu (1989; 2012), Teresa Colomer (2017), Annie Rouxel (2013). O texto destaca o papel de Ecila como *alter* ego e contraponto de Alice, simbolizando resistência à normatividade e acolhimento diante da dor. A análise revela ainda como a dualidade Alice–Ecila repercute no leitor, que se vê interpelado a refletir sobre suas próprias construções identitárias. Dessa forma, a literatura juvenil contemporânea se mostra como espaço crítico e dialógico de representação, questionamento e emancipação subjetiva.



**Palavras-chave**: Literatura juvenil; identidade; corpo feminino; subjetividade; alteridade.

## ABSTRACT

This dissertation analyzes *Alice no Espelho* (2006), by Laura Bergallo, focusing on subjectivity and the construction of identity in the protagonist, in dialogue with contemporary theorists. The study investigates how social, family, and media pressures shape Alice's self-image, a character whose trajectory is marked by eating disorders, psychological pain, and fragmented subjectivity. The research adopts a qualitative and interpretative methodology, based on textual and thematic analysis of the novel and its articulation with theoretical frameworks by Stuart Hall (2003; 2006), Zygmunt Bauman (2001; 2005), Judith Butler (1990), Bakhtin (1997), Freud (1923), Lacan (1949), Pierre Bourdieu (1989; 2012), Teresa Colomer (2017), Annie Rouxel (2013). Special attention is given to Ecila, Alice's *alter* ego and counterpoint, who embodies resistance to normative ideals and empathy in the face of suffering. The analysis also highlights how the Alice–Ecila duality resonates with the reader, who is encouraged to reflect on their own identity processes. Thus, contemporary young adult literature is shown as a critical and dialogical space of representation, questioning, and subjective emancipation.



**Keywords**: Young adult literature; identity; female body; subjectivity; alterity.

## SUMÁRIO

**CONSIDERAÇÕES INICIAIS** ..... 10
**1 A LITERATURA JUVENIL CONTEMPORÂNEA** ..... 15
1.1 MAS O QUE É LITERATURA JUVENIL? ..... 16
1.2 TEMAS FRATURANTES NA LITERATURA JUVENIL ..... 21
1.3 A LITERATURA JUVENIL E A SUBJETIVIDADE DO LEITOR ..... 27
**2 O CORPO FEMININO E IDENTIDADES IMPOSTAS** ..... 35
2.1 IDENTIDADES NA CONTEMPORANEIDADE ..... 36
2.2 O CORPO FEMININO: VIOLÊNCIA E IDENTIDADE ..... 42
2.3 ANSEIOS E TRAUMAS NA ADOLESCÊNCIA FEMININA ..... 49
**3 ALICE NO ESPELHO: SUBJETIVIDADES** ..... 57
3.1 TRILHANDO O CAMINHO DO OUTRO LADO DO ESPELHO ..... 58
3.2 A SUBJETIVIDADE EM *ALICE NO ESPELHO* ..... 68
3.3 ECILA NO ESPELHO ..... 73
3.4 O SUJEITO LEITOR: PERCEBENDO ALICE X ECILA ..... 79
**CONSIDERAÇÕES FINAIS** ..... 84
**REFERÊNCIAS** ..... 87

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A construção da identidade na literatura juvenil contemporânea tem sido um tema amplamente explorado, especialmente à luz dos desafios enfrentados pelos jovens em uma sociedade que estabelece padrões rígidos de comportamento, estética e papel social. A obra *Alice no Espelho* (2006), de Laura Bergallo, insere-se nesse contexto ao retratar a jornada de autodescoberta e resistência da protagonista Alice, uma jovem que questiona os padrões de beleza impostos pela sociedade.

Esta dissertação tem como objetivo investigar de que maneira a imposição de um padrão universalista de beleza, historicamente construído e socialmente legitimado, interfere nos processos de formação e reconstrução das identidades individuais. Para tanto, realizou-se uma leitura crítica da obra de Bergallo, tomando como aporte teórico os pressupostos dos Estudos Culturais, a partir de autores como Stuart Hall (2003; 2006) e Michel Foucault (1987). A análise proposta busca compreender como tais padrões estéticos, ao se instituírem como normas reguladoras do corpo e da subjetividade, repercutem não somente na experiência pessoal da protagonista, bem como no imaginário coletivo, sobretudo no que concerne à juventude feminina.

Além disso, pretende-se explorar como a obra se enquadra no panorama da literatura juvenil brasileira e de que forma contribui para a discussão de temáticas essenciais como corpo, autoimagem e poder nas relações de gênero. Através de uma análise crítica, será possível identificar como Laura Bergallo utiliza elementos literários para envolver o leitor em uma reflexão profunda sobre a construção de identidade em um mundo saturado por imagens e expectativas irreais de perfeição.

A análise parte do pressuposto de que a literatura juvenil contemporânea é um campo fértil para discutir questões de identidade, subjetividade e as múltiplas influências sociais, culturais e simbólicas que permeiam a formação do eu, especialmente no contexto de jovens. No caso de Alice, tais construções identitárias são atravessadas por temas relevantes como a imposição de padrões estéticos, a violência simbólica e a dualidade entre o real e o fantástico.

A literatura juvenil, especialmente nas últimas décadas, tem demonstrado um crescimento significativo em termos de profundidade temática e inovação estilística. Autores contemporâneos têm abordado questões que, até recentemente, eram consideradas “inapropriadas” para o público jovem, tais como distúrbios alimentares,

crise de identidade e a pressão estética que recai sobre corpos femininos (Luft, 2010).

Nesse contexto, a literatura juvenil tem desempenhado um papel fundamental na formação de identidade, participando como um espelho da realidade, no qual jovens podem se ver refletidos e, ao mesmo tempo, desafiados a questionar as normativas culturais. Através de narrativas que exploram temas como diversidade, preconceito, amizade e autodescoberta, que não apenas validam as experiências dos leitores, mas os encorajam a reconhecer a complexidade das relações sociais e emocionais que os cercam.

O título da obra, *Alice no Espelho*, sugere um jogo de metáforas entre a literalidade do reflexo e o processo simbólico de autoconhecimento. Nesse sentido, o espelho torna-se um símbolo que provoca a protagonista a confrontar sua imagem física, crenças e percepções sobre quem ela realmente é. A metáfora do espelho também ressoa com o clássico *Alice no País das Maravilhas*, de Lewis Carroll, no qual o reflexo e a viagem para um mundo invertido representam o confronto com o eu interior.

O conceito de identidade, conforme explorado nesta obra, não é um aspecto fixo ou estático, mas um processo contínuo de autodefinição e negociação com as influências sociais e culturais. Nesse sentido, Alice representa uma protagonista que se encontra em constante processo de transformação identitária, refletindo complexidade das construções identitárias contemporâneas no universo juvenil. Bergallo, ao criar uma personagem que desafia a normatividade, convida o leitor a refletir sobre a desconstrução de estereótipos de beleza e gênero, ao mesmo tempo que aborda questões universais como pertencimento e individualidade.

Ao longo dessa dissertação, será realizada uma análise da identidade da protagonista, observando como é moldada e transformada pelas interações com outros personagens, pelas experiências vívidas e pelas reflexões internas que a obra oferece. Analisar-se-á, por exemplo, como o processo de transformação de Alice começa a partir de seu desconforto inicial com seu corpo e com a constante comparação aos padrões de beleza promovidos pela mídia. A insatisfação de Alice com sua aparência desencadeia um ciclo de autoquestionamento que se torna o ponto de partida para sua jornada de autoconhecimento e desenvolvimento pessoal.

A relação de Alice com as personagens secundárias também é um aspecto importante a ser considerado, já que cada um deles representa uma faceta das pressões externas que moldam, em maior ou menor grau, a formação de sua

identidade. A mãe atua como uma figura de autoridade e, em muitos momentos, como uma representação das normas sociais que impõem restrições sobre a liberdade pessoal de Alice. Outras figuras, como amigos e colegas, também exercem influência significativa sobre a percepção de que Alice tem de si mesma e sobre como ela reage às expectativas que são colocadas sobre sua imagem.

Em termos metodológicos, a análise da obra será baseada em uma leitura crítica, que permite desvelar as camadas de opressão estética e social a que a protagonista é submetida. A ideia de resistência aos padrões de beleza, amplamente discutida na literatura contemporânea, será central para a compreensão das construções identitárias de Alice. A resistência, nesse caso, não é apenas uma exclusão dos padrões, como também um processo de transformação interno que leva à aceitação de uma nova definição de beleza, moldada a partir de valores pessoais e experiências subjetivas.

A escolha desta obra se justifica não apenas pela sua relevância dentro da produção literária juvenil brasileira, mas ainda pelo potencial que oferece para uma análise das dinâmicas identitárias em um contexto contemporâneo. A dualidade entre Alice e sua contraparte, Ecila, funciona como uma metáfora poderosa para os processos de autoconhecimento e para a batalha interna travada pela personagem contra as imposições de padrões externos. Nesse sentido, o espelho atua como um símbolo da introspecção e da reflexão sobre quem se é e quem se deseja ser permeado pelos olhares e julgamentos externos.

A dissertação se justifica também pela relevância de aprofundar a análise da obra de Laura Bergallo, escritora premiada e reconhecida no campo da literatura juvenil, contribuindo para o debate acadêmico já existente sobre sua produção. Ao centrar-se em uma jovem protagonista, cuja experiência é marcada por traumas e transformações, Bergallo toca em temas que ecoam diretamente as preocupações de leitores adolescentes, fazendo de sua obra um importante instrumento para refletir sobre as questões de identidade no Brasil contemporâneo. Dessa maneira, a relevância desse estudo reside em sua contribuição para a crítica literária juvenil brasileira, oferecendo uma análise aprofundada da obra de Laura Bergallo sob a ótica dos estudos de identidade e subjetividade.

Ao trazer à tona questões de violência simbólica, distúrbios alimentares e o processo de construção identitária, a obra se torna um ponto de partida para reflexões mais amplas sobre o papel da literatura juvenil na formação de leitores críticos e

conscientes de si mesmos. Assim, o estudo contribui para o debate sobre a literatura juvenil enquanto um campo literário legítimo e de importância crucial no desenvolvimento intelectual e emocional dos jovens. Bergallo abre espaço para que os leitores possam se ver representados em personagens como Alice, que lutam contra forças internas e externas para afirmar sua identidade em um mundo que constantemente impõe essas exigências.

A pesquisa está organizada em quatro capítulos, cada um dedicado à exploração de diferentes aspectos da literatura juvenil, da construção identitária e da análise da obra *Alice no Espelho*. No primeiro capítulo, “A Literatura Juvenil Contemporânea”, discute-se o que caracteriza a literatura juvenil e quais são os principais temas que têm emergido nesse campo nas últimas décadas, com especial atenção às obras de Laura Bergallo. É fundamental compreender como esse gênero literário se posiciona no cenário contemporâneo e como tem abordado questões complexas, incluindo as fraturas identitárias que permeiam a adolescência.

No segundo capítulo, "O Corpo Feminino e Identidades Impostas", explora-se o papel da imposição de padrões estéticos sobre as mulheres, especialmente as adolescentes. A discussão gira em torno de como o corpo feminino é um *locus* de violência simbólica e de imposição social, o que se reflete diretamente na narrativa de *Alice no Espelho*. Questões como as ansiedades e traumas que acompanham o desenvolvimento dos jovens são tratadas de maneira a evidenciar a pressão estética que contribui para distúrbios alimentares e a construção de uma identidade fragmentada.

O terceiro capítulo, “Alice no Espelho: Subjetividades”, concentra-se na análise da obra em si. A travessia de Alice para o outro lado do espelho é discutida como uma metáfora para a sua jornada de autodescoberta, onde Ecila surge como uma projeção dos aspectos mais reprimidos e internalizados da protagonista. O espelho funciona como um ponto de ruptura e de reflexão, em que a identidade de Alice é posta à prova, revelando a transparência entre os desejos pessoais e as imposições externas. O foco reside na interação entre o texto e o leitor, observando como o sujeito leitor pode se identificar ou distanciar da trajetória de Alice, propondo uma reflexão sobre o papel da leitura no processo de construção de identidades, considerando a experiência do leitor como elemento fundamental na compreensão das subjetividades apresentadas na narrativa.

Ao situar a personagem Alice como o centro de uma discussão sobre

identidade e subjetividade, esta análise se insere em um debate mais amplo sobre a formação do sujeito na contemporaneidade, levando em consideração os múltiplos fatores sociais, culturais e históricos que influenciam o processo de construção do eu. Através de uma abordagem interdisciplinar, que conjuga estudos literários, teóricos da identidade e da subjetividade, a pesquisa pretende oferecer uma leitura crítica e inovadora da obra de Laura Bergallo, destacando a sua relevância tanto para o campo da literatura juvenil quanto para os estudos de identidade.

Diante desse panorama, a trajetória de Alice em *Alice no Espelho* pode ser vista como um espelho da própria sociedade contemporânea, onde jovens mulheres enfrentam pressões crescentes para se encaixarem em padrões restritos e muitas vezes inalcançáveis. Ao retratar essa luta de forma tão pessoal e íntima, a autora possibilita uma leitura que transcende o individual e atinge o coletivo, oferecendo aos leitores para além de uma história de superação pessoal, mas um convite à reflexão sobre as estruturas sociais que perpetuam essas expectativas.

# 1 A LITERATURA JUVENIL CONTEMPORÂNEA

O capítulo propõe uma análise da literatura juvenil contemporânea, destacando seu processo de consolidação como um campo autônomo e significativo dentro do sistema literário. Embora historicamente tenha sido desvalorizada por parte da crítica acadêmica, essa vertente literária vem ganhando visibilidade e reconhecimento, tanto pelo aumento de sua produção quanto pela complexidade dos temas abordados. A literatura voltada ao público jovem ultrapassa sua antiga função meramente educativa para se firmar como um espaço de criação estética, crítica social e representatividade cultural.

A evolução da literatura juvenil no Brasil é marcada por ciclos que refletem transformações sociais, políticas e editoriais, culminando em uma produção voltada para o jovem como sujeito de direitos, portador de uma identidade em formação e protagonista de suas experiências. Ao se aproximar da realidade dos leitores, as obras contemporâneas passaram a abordar temas mais densos e sensíveis, conhecidos como temas fraturantes. Questões como suicídio, automutilação, bullying, racismo, sexualidade, desigualdade social, transtornos mentais e familiares, entre outros, são tratadas com profundidade e respeito, oferecendo ao leitor jovem um espelho e, ao mesmo tempo, uma janela para o mundo.

Essas temáticas, longe de serem vistas como ameaçadoras ou inadequadas, são valorizadas por sua capacidade de promover a empatia, o senso crítico e a autonomia dos leitores. Assim, se afirma como um instrumento potente de acolhimento, reflexão e transformação social. Nesse contexto, a mediação qualificada feita por professores e educadores torna-se essencial para garantir que a leitura dessas obras seja significativa, segura e enriquecedora.

Além da temática, o capítulo destaca a importância da subjetividade do leitor juvenil, ressaltando como a leitura literária é atravessada por experiências, sentimentos e vivências individuais. A literatura, nesse sentido, tanto informa, quanto provoca, transforma e dá voz ao leitor. A identificação com personagens e situações, assim como o contato com realidades diversas, permite ao jovem construir sentidos próprios e desenvolver uma consciência mais sensível, plural e humanizada.

## 1.1 MAS O QUE É LITERATURA JUVENIL?

A literatura juvenil, um campo dinâmico e em constante transformação, tem despertado crescente interesse de pesquisadores e editores, especialmente no Brasil, devido à sua riqueza de significados e características singulares. As narrativas juvenis contemporâneas refletem a diversidade do mundo contemporâneo, combinando criatividade e crítica social, educação e experimentação linguística, além de integrar recursos visuais à escrita inventiva. Dessa forma, envolvem ativamente os jovens leitores, estimulando tanto a imaginação quanto a reflexão sobre a realidade que os cerca (Dias; Carvalho, 2019).

O interesse por este sistema literário tem crescido, impulsionado pelas mudanças na forma de perceber e abordar a infância e a adolescência, bem como pelo aumento da produção de literatura juvenil e o reconhecimento de suas obras por meio de premiações. Esse desprestígio pode ser atribuído ao que Bourdieu (2009) define como campo literário, onde se estabelecem relações de dominação e subordinação, o que dificulta o reconhecimento da literatura juvenil como subsistema literário legítimo.

Embora o pouco prestígio no meio acadêmico, a literatura juvenil tem conquistado reconhecimento e consolidado seu espaço no sistema literário brasileiro. Sua linguagem, acessível e adequada ao diálogo com o jovem leitor, possibilita a abordagem de temas antes negligenciados, trazendo à tona questões existenciais e sociais. Além disso, essa produção literária amplia a representatividade, dando voz a grupos historicamente silenciados, como negros, mulheres, crianças, jovens e pessoas LGBTQIA+, permitindo a inclusão de obras não canônicas no universo literário e enriquecendo a diversidade de perspectivas e narrativas.

Para uma compreensão mais aprofundada, Gabriela Luft (2010) apresenta um panorama da literatura juvenil brasileira, analisando sua evolução desde o final do século XIX até o início do século XXI. Baseando-se nos estudos de Lajolo e Zilberman, a autora identifica quatro ciclos que refletem as mudanças culturais e editoriais ao longo do tempo.

No primeiro ciclo (1890-1920), predominavam traduções e adaptações de obras europeias com forte caráter pedagógico e nacionalista. O segundo ciclo (1921-1944), marcado pela influência do modernismo, trouxe uma linguagem mais acessível e valorizou a oralidade, com destaque para Monteiro Lobato. Já o terceiro ciclo (1945-

1964) se caracterizou pela produção em série voltada ao ambiente escolar, mantendo um tom idealizado e evitando problematizar a realidade social (Luft, 2010).

Foi apenas nas décadas de 1970 e 1980, durante o quarto ciclo, que a literatura juvenil começou a se consolidar como um gênero independente, acompanhando transformações na percepção da juventude. Influenciada pelas Ciências Humanas, essa nova concepção passou a considerar o jovem como um sujeito com identidade própria, o que se refletiu na literatura voltada para esse público (Luft, 2010).

Impulsionada tanto pela necessidade de estabelecer uma linguagem que se conectasse com os jovens em formação quanto pela demanda do mercado editorial em atingir esse público, a literatura juvenil tinha como objetivo provocar um impacto estético no leitor e inseri-la no ambiente escolar, permitindo que os estudantes conhecessem sua trajetória e suas particularidades. Nesse contexto, essa produção conquistou um espaço relevante no setor editorial, com a escola desempenhando um papel central na identificação das expectativas e necessidades para o desenvolvimento de uma literatura adequada a crianças e adolescentes (Dias; Carvalho, 2019).

A literatura juvenil é um segmento da produção literária destinado a um público em transição entre a infância e a vida adulta, ou seja, aos jovens que estão em processo de amadurecimento. Por ocupar um espaço intermediário entre a literatura infantil e a adulta, essas obras podem, em alguns casos, apresentar características próximas da literatura infantil, mas se diferenciam ao abordar temas e questões mais complexas e condizentes com essa fase da vida.

Esse segmento rompeu com a função exclusivamente educativa que predominava nas primeiras produções voltadas a esse público, passando a explorar temas mais realistas e densos, como abandono, violência e conflitos familiares. Essa transformação reflete as mudanças do contexto contemporâneo e a crescente valorização da adolescência enquanto etapa distinta do desenvolvimento humano, marcada por inquietações e desafios relacionados à construção da identidade. Tal percepção impulsionou o surgimento de uma produção literária específica, capaz de dialogar diretamente com as experiências e necessidades dos jovens leitores (Souza, 2015).

Dessa forma, consolidou-se uma diferenciação clara entre a literatura infantil, infantojuvenil e a literatura juvenil, sendo esta última reconhecida como um sistema autônomo dentro do universo literário. Caracteriza-se por traços estéticos próprios e

pela atuação de escritores especializados, desempenhando papel essencial no aprendizado e contribuindo significativamente para o desenvolvimento da competência literária. As obras voltadas para esse público exploram as experiências e desafios típicos dessa fase da vida, promovendo identificação e envolvimento emocional. Ao proporcionar uma experiência estética plena, revelam o significado, a função e o impacto da literatura, ampliando horizontes e incentivando novas perspectivas, além de despertar nos jovens um sentimento de liberdade tão valorizado por esse público (Pereira, 2014).

Nesse sentido, a literatura juvenil busca estabelecer um diálogo significativo com o leitor, abordando temas sociais e questões relevantes de forma envolvente, equilibrando a proximidade com a realidade e a dimensão artística. Ceccantini (2021) ressaltam a importância de uma análise crítica da qualidade dessas obras, especialmente diante do grande volume de publicações no mercado editorial. Como expressão cultural e histórica, a literatura juvenil amplia a percepção do mundo do leitor por meio do texto literário.

Souza (2015) destaca que, embora a ficção juvenil possua características próprias amplamente reconhecidas pela crítica, ainda há debates sobre sua relevância, qualidade literária e posição dentro do sistema literário. Os escritores desse segmento devem considerar que seus leitores estão em processo de formação, possuindo referências culturais, convenções literárias e usos linguísticos específicos.

Atentos às mudanças sociais e às novas demandas da juventude, identificadas por diversos setores, inclusive o editorial, os autores passaram a substituir o tom excessivamente formal e didático por inovações narrativas e temáticas. Essas transformações aproximam a literatura juvenil da realidade dos leitores e ampliam seu potencial como espaço de reflexão e construção identitária (Ceccantini, 2021). A valorização e a ressignificação da juventude resultaram, assim, em uma ruptura com os modelos tradicionais de produção literária voltados para esse público.

> Essa mudança na percepção do jovem favoreceu um relacionamento de maior proximidade entre autor e leitor, rompendo com a relação de subordinação anteriormente vigente no discurso literário, caracterizado como produzido “pelo adulto” e direcionado “para o adolescente” (Porto; Battisti, 2016, p. 223).

Entretanto, a trajetória da literatura brasileira voltada para crianças e jovens revela, historicamente, uma falta de atenção à especificidade do público juvenil.

Muitas obras consideradas apropriadas para jovens foram originalmente destinadas ao público infantil. A partir da década de 1980, contudo, observou-se um crescimento expressivo da produção voltada especificamente para os anos finais do ensino fundamental, acompanhado por iniciativas escolares de promoção da leitura. A validação dessas narrativas depende tanto de aspectos internos, como estrutura formal e conteúdo, quanto de fatores externos, relacionados à conexão do texto com seu público (Martha, 2014).

As pesquisas acadêmicas sobre literatura juvenil ainda são relativamente recentes, especialmente no Brasil. Definida a partir de um público específico, o jovem leitor, essa literatura estrutura-se com base na adequação às suas necessidades e interesses, buscando consolidar-se como expressão artística. Inicialmente fortemente vinculada ao ambiente escolar e às demandas do mercado editorial, sua legitimação dentro do sistema literário foi dificultada. Contudo, com as transformações contemporâneas e a valorização crescente da juventude, a literatura juvenil vem conquistando maior espaço e legitimidade.

O interesse crescente de editores e pesquisadores, o aumento da publicação de livros e a tradução de obras internacionais impulsionaram pesquisas e publicações sobre esse subsistema. Ainda assim, os estudos sobre qualidade estética, temas abordados, crítica literária e leitura permanecem insuficientes. As produções desse segmento apresentam características que se aproximam dos leitores juvenis, além de refletirem marcas do contexto sociocultural em que vivem autores e leitores.

Ao acompanhar o processo de formação do jovem leitor, a literatura juvenil assume papel fundamental no desenvolvimento das competências leitora e comunicativa em diversos contextos sociais. Além de aprimorar habilidades linguísticas e interpretativas, essa produção estimula a reflexão e a conscientização sobre a realidade, ampliando a percepção do leitor e incentivando-o a compreender e questionar o mundo ao seu redor (Ramos; Navas, 2016).

Cada vez mais próxima do jovem leitor, a literatura juvenil consolidou-se como espaço dinâmico de criação e experimentação. Entre os recursos amplamente empregados, destacam-se a intertextualidade, que permite incorporar e transformar elementos de outras obras, enriquecendo a narrativa, e a metaficção, estratégia recorrente que estimula reflexões sobre o próprio ato de narrar e estabelece diálogo com a tradição literária. Essa interação reafirma a riqueza e expressividade do gênero, que, impulsionado pela criatividade e qualidade estética, se reinventa continuamente,

conquistando reconhecimento (Valente, 2014).

A qualidade literária de uma obra juvenil não se determina pela filiação a uma corrente específica, mas pela consciência da construção artística, pela materialidade do texto e pela harmonia entre conteúdo e sujeito leitor. Essa qualidade reside na capacidade da obra de cativar o leitor ao mesmo tempo em que contribui para sua formação, rompendo com percepções automatizadas sobre o mundo e a própria literatura. Assim, a literatura juvenil desempenha papel essencial na trajetória do leitor, promovendo reflexão crítica e ampliando a compreensão da realidade.

Com características próprias e construção narrativa inovadora, a literatura juvenil destaca-se como manifestação cultural relativamente recente. Marcada por particularidades linguísticas, estruturais e literárias, essa forma de expressão busca estabelecer conexão direta com o leitor adolescente, explorando novas possibilidades de engajamento. Recursos como metaficção, não linearidade e fragmentação rompem convenções tradicionais, diluindo fronteiras entre gêneros e incorporando múltiplas linguagens. Dessa forma, a literatura juvenil mantém-se em constante renovação, refletindo as dinâmicas do mundo contemporâneo.

Na literatura juvenil brasileira, um dos focos centrais é o desenvolvimento humano, conduzindo o jovem protagonista ao amadurecimento por meio dos desafios próprios da transição para a vida adulta. Os prêmios literários desempenham papel importante ao reconhecer a legitimidade do gênero e valorizar obras de qualidade estética, reforçando sua relevância no cenário literário. Constantemente se reinventando, a literatura juvenil incorpora novas particularidades em sua construção narrativa, consolidando-se como segmento autônomo e legitimado dentro do universo literário (Cruvinel, 2009).

Assim, a literatura juvenil é um campo dinâmico e diverso que merece reconhecimento e valorização como território legítimo de criação e apreciação literária. Sua relevância está na capacidade de estabelecer um diálogo autêntico com o público jovem, oferecendo narrativas que abordam temas significativos e estimulam reflexão, sensibilidade e prazer pela leitura. Mais que isso, contribui para a formação de leitores críticos, autônomos e conscientes de seu papel social. Ao valorizar a literatura juvenil, investimos no desenvolvimento intelectual e cultural das futuras gerações.

Pode-se afirmar que a literatura juvenil se forma a partir da percepção social do jovem, moldando-se ao longo do tempo em estrutura e conteúdo para atender às necessidades desse público. Embora essencialmente inovadora, atualmente está

consolidada no mercado editorial, atingindo elevado nível de qualidade estética e gráfica, o que favorece a formação de leitores com sensibilidade artística e social (Dias; Carvalho, 2019).

Nesse cenário, o desenvolvimento dessa sensibilidade ressalta a importância das narrativas literárias, que, ao serem percebidas como “autênticas experiências de autoconhecimento”, desempenham um papel essencial na formação dos leitores adolescentes, contribuindo para seu processo de humanização (Martha, 2011, p. 9). Esse efeito é especialmente potente quando ocorre a identificação com as vivências das personagens, em particular aquelas que abordam temas considerados tabu na literatura juvenil, conhecidos como temas fraturantes, os quais têm conquistado destaque expressivo na produção literária contemporânea (Porto; Battisti, 2016). Dessa forma, a literatura torna-se um espaço privilegiado para o jovem explorar questões delicadas, refletir sobre si mesmo e ampliar sua compreensão do mundo.

## 1.2 TEMAS FRATURANTES NA LITERATURA JUVENIL

A literatura juvenil contemporânea tem se firmado como um campo autônomo dentro do sistema literário, assumindo um papel essencial na mediação de temas que desafiam tanto leitores quanto educadores. A variedade de termos empregados para se referir à literatura que aborda essas temáticas, como temas polêmicos, sensíveis, delicados ou fraturantes, revela tanto a diversidade de abordagens quanto o caráter recente das pesquisas voltadas a esse campo.

A ausência de um consenso terminológico decorre justamente do fato de se tratar de um objeto de estudo ainda em consolidação, cujas categorias e definições continuam em processo de construção e debate no meio acadêmico. Nesta dissertação, opta-se pelo uso do termo “fraturante”, por ser amplamente recorrente no meio acadêmico e, ao que tudo indica, ter sido amplamente difundido pela professora Ana Margarida Ramos (Ramos e Navas, 2016).

Neste ponto, torna-se relevante recorrer à definição do termo “fraturante” para aprofundar a compreensão dessa ideia. Segundo o dicionário Michaelis On-line (s.d.), o verbo fraturar refere-se ao ato de partir, de provocar uma rachadura ou fissura em algo. Embora, em geral, a associação imediata seja com a fratura de um osso, como o próprio dicionário exemplifica, neste contexto o termo é aplicado de forma metafórica, referindo-se a rupturas em conceitos, ideias e padrões socioculturais

historicamente estabelecidos.

Essas rupturas, provocadas por transformações ideológicas e culturais, originam o que se convencionou chamar de temáticas fraturantes na literatura voltada à juventude. A complexidade desses temas reside no fato de que seu impacto, sentido e aceitabilidade variam conforme a época, a cultura, o país ou mesmo o grupo social em que estão inseridos, o que demonstra seu caráter dinâmico e contextual, haja vista que “esses termos vão se modificando em relação ao uso durante a história e seu contexto. Ou seja, em uma época ele deixa de ser polêmico para ser difícil, depois para ser sensível, posteriormente, passa a ser fraturante” (Lira, 2021, p. 17).

Transposto para o campo da literatura juvenil, esse conceito adquire uma dimensão simbólica e subjetiva, referindo-se a experiências que provocam rupturas significativas na vida dos personagens, e por extensão, na percepção do leitor. Temáticas marcadas por rupturas emocionais profundas envolvem acontecimentos que abalam profundamente o equilíbrio emocional, familiar ou social dos sujeitos. Essas situações, muitas vezes cercadas por sentimentos intensos, funcionam como gatilhos de reflexão, expondo os jovens leitores a dilemas que transcendem o cotidiano imediato, mas que, ao mesmo tempo, ressoam com as angústias e inquietações próprias de sua fase de desenvolvimento.

Ao serem incorporados nas obras destinadas ao público juvenil, esses temas deixam de ser apenas tabu e passam a integrar o repertório simbólico e crítico dos leitores jovens. Longe de se tratar de um estímulo à dor, essa abordagem busca fomentar a empatia, ampliar a capacidade de compreensão da realidade e proporcionar um espaço seguro para reflexão e identificação. A presença desses conteúdos na literatura juvenil, portanto, não apenas reconhece a complexidade das vivências adolescentes, como também contribui para a construção de uma consciência mais crítica, sensível e humanizada diante das dores individuais e coletivas que marcam a contemporaneidade (Pereira; Seffner, 2019).

A presença de temas fraturantes na literatura juvenil não ocorre de forma aleatória, mas reflete uma resposta consciente às urgências e aos dilemas enfrentados pela juventude na contemporaneidade. Essa abordagem revela-se uma estratégia pedagógica e estética que visa ampliar a consciência crítica e desenvolver a empatia dos jovens leitores diante das complexidades da vida. Diferentemente dos textos didáticos, que se apoiam predominantemente em uma linguagem objetiva e explicativa, a literatura juvenil recorre ao potencial simbólico e expressivo da

linguagem literária, proporcionando uma vivência estética mais profunda e significativa. Essa perspectiva está em consonância com o que afirmam Souza e Rodrigues (2020), ao destacarem que:

> A formação do leitor literário, ao qual nos referimos desde o início do presente texto, requer abertura para o diálogo. Trazer obras literárias que tematizam os conflitos e dramas humanos pode possibilitar aos leitores – mesmo que crianças – pensarem sobre suas próprias vidas e experiências e ressignificá-las (Souza; Rodrigues, 2020, p, 197).

Ao abordar temas complexos e muitas vezes desafiadores, a Literatura Juvenil demonstra um compromisso profundo com a realidade de seus leitores. Essas obras não se limitam a refletir superficialmente o mundo contemporâneo, mas se configuram como espaços de diálogo e reflexão, onde questões sociais, emocionais e existenciais são exploradas de maneira crítica e sensível. Ao proporcionar narrativas que estimulam o debate, a conscientização e a busca por soluções, a literatura juvenil transcende seu papel meramente recreativo, transformando-se em um território de cultura elevada.

Nesse ambiente, as experiências de leitura tornam-se duradouras, capazes de impactar a formação do jovem leitor não somente intelectualmente, como igualmente sua sensibilidade e compreensão do mundo ao seu redor. São temáticas que despertam emoções intensas nos leitores, envolvendo-os profundamente e provocando uma resposta afetiva à medida que avançam na leitura, pois

> Tudo que emociona, sensibiliza; tudo que é motivacional, triste ou doloroso, sensibiliza; vivências do nosso dia a dia que se tornam memórias, sensibilizam. Ou seja, a sensibilidade está diretamente ligada aos nossos dias, na forma como vemos o mundo e lidamos com pontos positivos e negativos (Lira, 2021, p. 15).

A inclusão de temas fraturantes é um ato de coragem e responsabilidade. Longe de serem perigosas ou inadequadas, essas temáticas são instrumentos para o desenvolvimento da autonomia, do senso crítico e da capacidade de lidar com as adversidades da vida. As obras que discutem esses assuntos de forma aberta e honesta têm um impacto significativo, oferecendo um espaço de acolhimento e identificação para jovens que se sentem sozinhos e incompreendidos. A literatura, nesse sentido, é um refúgio, um local onde o jovem encontra eco para suas angústias, medos e esperanças.

A abordagem realista que caracteriza narrativas voltadas para temas sensíveis e complexos é frequentemente vinculada ao conceito de realismo crítico, conforme desenvolvido por Colomer (2017, p. 204). Segundo Ramos e Navas (2016, p. 16), essa corrente se destaca especialmente na literatura juvenil, por sua capacidade de abordar as contradições e desafios próprios da experiência jovem de forma profunda e instigante. Essa vertente literária possibilita uma representação verossímil das realidades sociais, culturais e emocionais vivenciadas pelos jovens, além de fomentar uma postura crítica que incentiva a reflexão e a transformação pessoal e social.

> [...] a mais frequente nas literaturas contemporâneas portuguesa e brasileira, o que se torna compreensível ao considerarmos que os jovens estão cada vez mais expostos à informação e que a literatura não os pode deixar alienados em relação ao contexto em que estão inseridos. É válido observar que a abordagem de tais temas, de forma realista, não tem o propósito de influenciar negativamente o jovem. Pelo contrário, sem tratar os assuntos de modo moralista, tais narrativas incitam-no a pensar e a reagir, a interessar-se pela aquisição de novos conhecimentos e a compreender como o mundo funciona, estimulando uma cidadania ativa e participativa (Ramos; Navas, 2016, p. 16)

A inserção de temas sensíveis e desafiadores na literatura infantil e juvenil reflete diretamente as profundas transformações sociais e culturais que vêm ocorrendo ao longo do tempo. Historicamente, esse segmento literário passou por um processo significativo de amadurecimento, ampliando seu repertório para incluir pautas antes tidas como tabus ou inadequadas para o público jovem. Essa evolução demonstra uma crescente conscientização sobre a importância de oferecer aos leitores jovens uma reflexão crítica acerca das realidades complexas que os cercam.

A literatura dirigida à infância e juventude contemporânea é convocada a assumir um papel ativo e responsável, abordando de forma franca e sensível questões urgentes e relevantes, tais como diversidade, desigualdade, conflitos identitários, saúde mental e injustiças sociais. Dessa maneira, torna-se um instrumento fundamental para a formação de leitores críticos, empáticos e preparados para compreender e transformar o mundo ao seu redor.

As obras que se dedicam a essa abordagem oferecem uma visão multifacetada do mundo, sem idealizações. A abordagem não se limita à denúncia de problemas sociais, mas explora as emoções, os sentimentos e as experiências. As obras que abordam a automutilação ou o suicídio, por exemplo, buscam compreender as causas

e as consequências desses atos, conectando o leitor com a narrativa em um nível mais pessoal. Essa imersão nas experiências dos personagens faz com que o leitor se sinta parte da história.

Na contemporaneidade, a literatura juvenil tem se afastado da tradicional exigência de finais felizes. Atualmente, é comum encontrar obras que optam por desfechos mais realistas e complexos, nos quais o conflito não é necessariamente resolvido da forma idealizada pelo leitor, ou mesmo pelos próprios personagens. Em muitos casos, o enredo culmina na aceitação da situação vivida, mesmo que esta permaneça inconclusa ou dolorosa. Há ainda narrativas que deliberadamente apresentam finais abertos ou marcadamente trágicos, rompendo com expectativas convencionais e estimulando uma reflexão mais profunda sobre as adversidades da vida.

> A aceitação de seus problemas por parte do protagonista constitui uma nova versão do final feliz. A mudança foi provocada pela introdução de temas psicológicos nos contos, já que, se o conflito provém do próprio interior – da agressividade, ciúme ou intolerância do personagem –, ou bem surge no encontro com as adversidades inevitáveis da vida – como a doença ou o desamor –, dificilmente o desenlace pode eliminar as causas do conflito. O final aberto é outra opção para terminar as obras, deixando sem fecho a narrativa. O grau de abertura pode ser maior ou menor, mas deve afetar aspectos substanciais da obra para poder considerá-lo como tal (Colomer, 2017, p. 261-262).

Narrativas que abordam temas sociais e fraturantes na literatura juvenil frequentemente rompem com a expectativa de finais felizes, adotando desfechos abertos, ambíguos ou até mesmo negativos. Essa escolha narrativa se justifica, primeiramente, pelo fato de que muitos dos conflitos retratados se inserem em contextos históricos ou sociais específicos, em que um encerramento otimista poderia soar forçado ou irreal. Além disso, essas histórias não se limitam a informar o leitor, mas buscam despertar nele um senso de responsabilidade ética diante das problemáticas apresentadas (Colomer, 2017).

Nesse processo, cria-se um diálogo autêntico com o leitor adolescente, promovendo uma conexão afetiva e intelectual com suas experiências e inquietações. Ao retratar personagens com os quais o jovem se reconhece e apresentar visões de mundo próximas à sua realidade, essas obras transformam a leitura em um espaço de acolhimento, escuta e reflexão. Nesse contexto, a literatura juvenil revela seu compromisso com a formação crítica do leitor, rompendo com percepções superficiais

ou automatizadas sobre a vida e incentivando uma compreensão mais profunda e sensível da realidade.

A inclusão de temas fraturantes na literatura juvenil gera desafios na recepção e mediação. Professores e pais podem se sentir inseguros para abordar essas temáticas. No entanto, a mediação qualificada é fundamental para que os temas sensíveis sejam trabalhados de forma construtiva. A escola tem um papel crucial na promoção da leitura e discussão de obras com esses temas. Ao criar espaços de diálogo aberto, os professores auxiliam os alunos a expressar dúvidas e opiniões, desenvolvendo a análise crítica e a empatia. É importante que os educadores se mantenham atualizados sobre as novas produções, selecionando obras que apresentem um tratamento literário qualificado.

A leitura de obras que abordam temas sensíveis e desafiadores pode suscitar uma diversidade de reações e interpretações, o que reforça a importância de que tanto a escola quanto a família reconheçam e respeitem a singularidade da experiência de cada leitor. A literatura juvenil vai além da simples transmissão de informações, pois seu verdadeiro propósito reside em despertar a sensibilidade, fomentar o pensamento crítico e ampliar a capacidade reflexiva do leitor.

Ao enfrentar questões fraturantes, essas obras têm o potencial de transformar percepções, influenciando profundamente a maneira como o jovem enxerga o mundo e estabelece suas relações interpessoais. Assim, a literatura revela-se como uma forma de conhecimento que ultrapassa os dados factuais, promovendo uma compreensão mais profunda da realidade e do ser humano em suas múltiplas dimensões.

A abordagem de temas fraturantes não se resume a uma representação da realidade, mas propõe transformá-la. Ao apresentar os problemas que permeiam a vida dos jovens, as obras literárias estimulam a reflexão crítica e a busca por soluções. A literatura juvenil, nesse sentido, torna-se um instrumento de transformação social, capaz de mobilizar consciências e de inspirar ações que promovam uma sociedade mais justa e humana, e, portanto, promove um encontro do indivíduo consigo mesmo e com o mundo ao seu redor.

## 1.3 A LITERATURA JUVENIL E A SUBJETIVIDADE DO LEITOR

A literatura exerce papel crucial na formação do sujeito, sobretudo na adolescência, fase marcada por intensas transformações identitárias, emocionais e sociais. Nesse cenário, a antropóloga francesa Michèle Petit, em *Os jovens e a leitura: uma nova perspectiva* (2008), ressalta a importância da leitura de obras literárias no desenvolvimento da subjetividade do indivíduo. Para a autora, essa prática favorece a elaboração pessoal do leitor, além de auxiliar na criação de espaços de pertencimento, fundamentais para o estabelecimento de vínculos afetivos, simbólicos e sociais.

No entanto, apesar de seu potencial formativo, a leitura de obras literárias parece ter perdido espaço e prestígio nas sociedades contemporâneas. Diversos fatores explicam esse esvaziamento de sentido, entre eles a crescente inserção das tecnologias digitais no cotidiano, que alteram profundamente as formas de interação, lazer e acesso à informação. Nesse cenário, Antonio (2002) afirma que a leitura literária enfrenta um momento de crise, sendo muitas vezes considerada obsoleta ou desnecessária, sobretudo entre os mais jovens.

O sistema educacional, em sua configuração atual, apresenta lacunas significativas que comprometem o desenvolvimento de leitores autônomos, críticos e sensíveis à complexidade da experiência literária. Em lugar de fomentar práticas de leitura que privilegiem o prazer estético, a reflexão profunda e a livre construção de sentidos, a escola, muitas vezes, recorre a estratégias que reduzem a literatura a um exercício mecânico, restrito ao cumprimento de conteúdos programáticos.

Essa postura distancia-se da concepção de Michel de Certeau (2011), que compara o leitor a um “viajante” capaz de percorrer, com liberdade interpretativa, territórios textuais que não lhe pertencem, mas que são reconstruídos a cada ato de leitura. Ao contrário dessa perspectiva emancipadora, a abordagem escolar tende a restringir o encontro entre texto e leitor por meio da fragmentação das obras, do estudo compartimentado dos períodos literários e da aplicação recorrente de instrumentos padronizados, como fichas e questionários, que esvaziam a dimensão criativa e dialógica da leitura.

Consequentemente, essa abordagem não aproxima o jovem da literatura, mas, ao contrário, o distancia significativamente dela, transformando a leitura em uma atividade puramente mecânica e desprovida de sentido existencial. Segundo a análise

de Michèle Petit (2008), essa forma empobrecida de mediação acaba por instaurar uma espécie de “medo do livro”, um receio simbólico que não está relacionado à dificuldade intrínseca das obras literárias, mas sim ao modo como elas são apresentadas no ambiente escolar.

Longe de serem oportunidades de encontro, descoberta e reflexão, muitas leituras escolares tornam-se obrigatórias, frias e destituídas de afeto. Falta, muitas vezes, um espaço de escuta, diálogo e ressonância entre o texto e a experiência de vida dos estudantes. A obra literária, em vez de ser vivenciada como uma possibilidade de construção subjetiva e de abertura ao outro, é tratada como um objeto de análise técnica ou como mero conteúdo a ser decodificado e avaliado.

Ao compreender-se que o ato da leitura não se limita à decodificação do texto, mas envolve um processo subjetivo, de construção de identidade e de abertura para o outro, torna-se urgente repensar o papel da escola como mediadora dessa experiência. Da mesma forma, é preciso valorizar o trabalho de outros agentes da mediação literária, como bibliotecários, escritores e promotores de leitura, cuja atuação pode enriquecer o contato dos jovens com a literatura de maneira mais significativa e sensível (Antonio, 2002).

Se tal constatação já é significativa ao se considerar a relação da escola com a tradição literária, torna-se ainda mais preocupante quando voltamos o olhar para a literatura contemporânea. Esta, marcada por características como fluidez, fragmentação e um caráter “nômade”, frequentemente escapa aos moldes e rituais consagrados no espaço escolar, o que dificulta sua inserção efetiva no currículo. A escola, muitas vezes, opera a partir de uma lógica estruturada em classificações rígidas, o que acaba por entrar em conflito com a natureza híbrida e instável da produção literária atual.

Em períodos anteriores à modernidade, a construção da identidade individual estava fortemente ancorada em elementos como a linhagem familiar, a pertença étnica, religiosa e social, a identidade era herdada, mais do que escolhida (Petit, 2008). No entanto, com o advento da modernidade, e mais intensamente na contemporaneidade, os indivíduos se veem diante do desafio de construir suas identidades a partir de referenciais cada vez mais instáveis e mutáveis.

Zygmunt Bauman, nos livros *Modernidade líquida* (2001) e *Identidade* (2005), descreve esse fenômeno como um processo de liquefação das estruturas sociais e culturais. Segundo o sociólogo polonês, vivemos em uma era marcada pela

efemeridade das relações e pela volatilidade dos vínculos, que afeta diretamente a constituição do sujeito. De um lado, o indivíduo contemporâneo experimenta uma crescente liberdade para se reinventar, mas, por outro, essa liberdade vem acompanhada de uma fragilidade identitária: a ausência de referenciais estáveis gera incerteza e sensação de deslocamento.

Essa questão torna-se ainda mais complexa quando se pensa na juventude. O jovem, por estar justamente no processo de formação de sua subjetividade, necessita de pontos de apoio simbólicos e sociais que sustentem a construção de sua identidade. No entanto, ao se deparar com um cenário em que tudo parece transitório e descartável, inclusive os laços humanos, corre o risco de se desestabilizar emocional e socialmente. A fluidez das referências, ao invés de ampliar possibilidades, pode gerar confusão e insegurança, sobretudo quando faltam mediações significativas no espaço familiar, escolar e cultural.

Langlade (2007) assinala que, em diversos contextos escolares e acadêmicos, a supressão da subjetividade do leitor é frequentemente entendida como um critério de sucesso na prática da leitura literária. Em termos práticos, quanto maior o distanciamento do estudante em relação às suas próprias emoções, percepções e experiências pessoais durante o ato de ler, mais essa leitura tende a ser classificada pelas instituições de ensino como “correta” ou “objetiva”.

O autor propõe acerca da concepção tradicional de leitura que privilegia a objetividade e busca suprimir quaisquer manifestações de subjetividade no ato de ler. Tal postura, ao neutralizar a experiência do leitor e excluir dimensões como emoções, devaneios, associações livres de ideias e reações espontâneas, compromete de forma significativa a autenticidade da experiência estética proporcionada pela obra literária. Contrariamente ao que se poderia presumir, a supressão desses elementos não contribui para uma compreensão mais clara ou racional do texto.

A abordagem escolar que busca normatizar e controlar o ato de ler tende a estabelecer uma relação distanciada entre o leitor e a obra literária, transformando esse encontro em uma experiência fria, artificial e, por vezes, carente de significado. Ao invés de promover o envolvimento emocional e a reflexão crítica, esse modelo converte o texto em um mero objeto de análise técnica, esvaziando-o de seu potencial transformador, criativo e afetivo. Para que a literatura desempenhe, de fato, sua função formativa no contexto escolar, torna-se imprescindível que a leitura mantenha abertura à subjetividade, possibilitando ao leitor reconhecer-se, questionar-se e,

consequentemente, transformar-se por meio do contato com o texto.

Langlade (2007) introduz a noção de *leitor subjetivo*, entendido como aquele cuja prática de leitura é profundamente influenciada por suas vivências pessoais, notadamente pelas experiências literárias adquiridas na infância e em outras etapas marcantes de sua trajetória. Segundo o autor, esses primeiros contatos com a literatura imprimem marcas duradouras, que permanecem atuando na forma como o indivíduo interpreta e se envolve com os textos ao longo da vida adulta.

Essa abordagem evidencia que a relação estabelecida entre o leitor e a obra literária não ocorre de maneira neutra ou desvinculada de contexto, mas é permeada por memórias afetivas, emoções, referências culturais e experiências marcantes de sua trajetória pessoal. Nessa perspectiva, as leituras integram-se ao processo de construção identitária, incorporando impressões que dialogam com o desenvolvimento da personalidade e com os encontros significativos vivenciados ao longo do tempo.

A leitura literária deve ser concebida como um processo intrinsecamente ligado à dimensão existencial do leitor, possibilitando-lhe revisitar aspectos de sua própria trajetória ao estabelecer contato com o texto. Tal concepção reconhece a subjetividade como componente essencial da experiência leitora, contrapondo-se a modelos pedagógicos que privilegiam exclusivamente a análise técnica e objetiva. Ao fazê-lo, abre-se espaço para práticas de leitura mais humanas, reflexivas e dotadas de significado no âmbito escolar (Langlade, 2007).

Nessa perspectiva, as leituras permeadas pela subjetividade do leitor não apenas devem ser legitimadas, mas também reconhecidas como fundamentais para promover um processo interpretativo mais profundo e reflexivo. A experiência literária atinge sua plenitude quando o leitor se engaja, simultaneamente, de forma emocional e intelectual com o texto, mobilizando memórias, afetos, vivências e repertórios individuais. Esse envolvimento subjetivo é o que confere à leitura um caráter significativo, crítico e potencialmente transformador. Longe de comprometer a compreensão da obra, a dimensão subjetiva enriquece o percurso interpretativo, pois possibilita que o leitor se identifique com os textos e, ao mesmo tempo, seja instigado e desafiado por eles (Langlade, 2007).

A subjetividade, entendida como a experiência única e irrepetível de cada indivíduo, é elemento essencial na relação com a obra literária. A leitura transcende a mera decodificação, configurando-se como um processo ativo de construção de sentido, no qual o leitor, respaldado por suas vivências, valores e emoções, interpreta

o texto de maneira singular, preenchendo suas lacunas com referências pessoais. Nesse contexto, as narrativas dirigidas ao público jovem atuam como um espelho no qual o leitor se reconhece, ao mesmo tempo em que é instigado a confrontar diferentes realidades e perspectivas.

A identificação com personagens e situações constitui um elemento essencial nessa relação entre leitor e texto. Quando o leitor reconhece em determinados personagens traços semelhantes aos seus ou vivencia situações que refletem suas próprias inquietações, sente-se acolhido e compreendido. O processo de identificação revela-se especialmente significativo para jovens que experimentam sentimentos de marginalização ou incompreensão, pois lhes oferece um espaço seguro para a manifestação de suas emoções e vivências. Paralelamente, a leitura de obras cujos universos não se coadunam diretamente com a experiência do leitor favorece o desenvolvimento da empatia e do respeito à diversidade, ampliando, assim, seu repertório interpretativo e sua compreensão do mundo.

Além disso, ao apresentar narrativas que refletem experiências do cotidiano e múltiplas subjetividades, a literatura juvenil oferece ao leitor a oportunidade de se reconhecer e reavaliar sua posição no mundo. Ao se identificar com personagens, conflitos e contextos que espelham suas próprias vivências, o jovem leitor encontra na leitura um espaço que valida sua identidade e possibilita a expressão de sua interioridade. Essa identificação transcende o aspecto afetivo, envolvendo também dimensões cognitivas, uma vez que estimula processos de autorreflexão e a ressignificação das experiências pessoais (Petit, 2013).

Nesse contexto, a leitura literária atua como um espaço interior privilegiado, onde o indivíduo tem a oportunidade de acessar suas emoções, reavaliar suas convicções e projetar novas formas de existência. Dessa forma, a literatura desempenha um papel fundamental na formação da identidade, ao proporcionar ao leitor um ambiente de escuta e acolhimento, simultaneamente desafiando-o por meio de narrativas que ampliam sua percepção tanto da realidade externa quanto de si mesmo.

Ao discutir a influência da leitura literária na construção da subjetividade, Petit (2013) ressalta a importância essencial que o ato de ler possui na formação do indivíduo. Segundo a autora, a leitura vai além da simples assimilação de conteúdo ou da decodificação do texto, configurando-se como um espaço simbólico que possibilita ao leitor a reflexão sobre si mesmo, a reorganização de suas experiências

e a elaboração de sua própria identidade e lugar no mundo. Nesse sentido, ela observa que:

> Os adolescentes acorrem aos livros, em primeiro lugar, para explorar os segredos do sexo, para permitir que se expresse o mais secreto, que pertence por excelência ao domínio dos sonhos eróticos, das fantasias. Estão em busca de palavras que permitam domesticar seus medos e respostas às questões que os atormentam. Exploram em diferentes direções, sem levar em conta rubricas e linhas de divisão entre obras mais ou menos legítimas (Petit, 2013, p. 44).

Conforme apontam Rouxel e Langlade (2013), diversos teóricos da literatura e diferentes vertentes da teoria da recepção reconhecem o papel central do leitor na construção dos sentidos do texto literário. Enquanto algumas perspectivas teóricas enfatizam a intenção do autor como elemento principal para a interpretação, outras deslocam o foco para a atuação ativa do leitor na produção de significado.

Contudo, é importante salientar que o leitor discutido nessas abordagens não corresponde ao leitor empírico, ou seja, aquele que realiza uma experiência individual e concreta de leitura. Segundo os autores, trata-se, na verdade, da figura do “leitor modelo” ou “implícito”, cuja participação é antecipada e estruturada pela própria organização do texto literário, como explicam Rouxel e Langlade:

> [...] leitor virtual, “implícito”, ou “modelo”, instituído pelas obras, pelas estratégias autorais e as codificações literárias. O interesse é mais pelo leitor enquanto instância textual do que pelas reações e inferências interpretativas dos leitores empíricos, julgados demasiadamente aleatórios, demasiadamente contingentes (Rouxel; Langlade, 2013, p. 19).

A literatura juvenil contemporânea demonstra uma crescente sensibilidade às diversas identidades, abordando questões relacionadas a gênero, sexualidade, etnia e classe social. Ao apresentar personagens que rompem com os padrões convencionais, essas obras oferecem aos leitores jovens modelos de identificação mais amplos e representativos. Essa pluralidade é essencial para que cada leitor se reconheça e se sinta valorizado em sua singularidade. Dessa forma, a literatura atua como um recurso importante no combate aos preconceitos e estereótipos, colaborando para a promoção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

A representação da juventude na literatura merece especial atenção, pois ao retratar experiências típicas dessa etapa da vida, como a busca pela identidade, os

conflitos familiares, os desafios nas relações de amizade e os primeiros amores, as obras estabelecem uma ligação profunda com o público jovem. Nesse sentido, a literatura juvenil ocupa papel relevante ao abordar temas universais como o amor, a amizade, o luto e a busca por identidade, por meio de narrativas que dialogam diretamente com os desafios da adolescência. Assim, ela atua como um espaço mediador entre gerações, articulando passado e presente, o individual e o coletivo, configurando-se tanto como um recurso pedagógico, quanto como um patrimônio cultural essencial para a formação humanística, fundamentada na valorização da diversidade e na promoção da equidade.

Cumpre destacar que as produções literárias dirigidas ao público jovem não devem ser consideradas uma categoria inferior ou secundária dentro do panorama literário. Pelo contrário, elas configuram manifestações artísticas autônomas, dotadas de estruturas, estilos e objetivos próprios. Reconhecer e valorizar essas produções implica admitir seu potencial formativo, que vai além do desenvolvimento da competência leitora, abrangendo também a promoção do pensamento crítico, da criatividade e da sensibilidade ética e estética dos estudantes. Assim, garantir o acesso qualificado a esse universo literário desde os primeiros anos da escolarização constitui um investimento estratégico fundamental para a construção de uma sociedade mais plural e democrática (González Rey, 2001).

A leitura literária deve ser compreendida como uma experiência que articula razão e sensibilidade, unindo a compreensão intelectual à vivência afetiva dos significados da obra. A fruição estética, elemento central dessa prática, potencializa a profundidade e relevância da experiência leitora. Cabe à escola e aos mediadores reconhecer e valorizar essa dimensão subjetiva, estimulando os jovens a expressarem percepções, sentimentos e interpretações próprias diante dos textos literários. A promoção de leituras subjetivas constitui uma estratégia pedagógica central para o desenvolvimento de leitores críticos e engajados, pois amplia a expressão pessoal e o diálogo interpretativo (Petit, 2013).

Estabelecer uma articulação entre a “subjetividade das leituras espontâneas versus a objetividade das leituras obrigatórias [...]” (Rezende, 2013, p. 15) constitui um desafio significativo no contexto educacional. Tal tensão se acentua quando se considera, por um lado, a liberdade de participação e criação proporcionada pelas tecnologias digitais, que ampliam o acesso e a interação com diferentes formas de leitura, e, por outro, a rigidez de programas escolares que tendem a limitar os sentidos

possíveis do texto. Esses programas frequentemente priorizam o cumprimento de conteúdos e metas avaliativas, tanto internas quanto externas, em detrimento da valorização das experiências subjetivas do leitor. Nesse cenário, as práticas de leitura acabam sendo condicionadas por exigências normativas que obscurecem a dimensão afetiva, criativa e crítica da relação com a literatura.

O ensino da literatura na escola requer uma abordagem equilibrada, que concilie a liberdade interpretativa do leitor com a mediação pedagógica orientada. Para isso, torna-se imprescindível que a instituição ofereça métodos, estratégias interpretativas e etapas de leitura estruturadas, capazes de auxiliar na construção de sentidos e no reconhecimento das especificidades linguísticas, formais e estruturais das obras literárias.

Além disso, o ensino da leitura literária deve equilibrar a orientação pedagógica com a valorização da subjetividade do leitor. Isso implica reconhecer a importância de práticas que estimulem a percepção das dimensões formais, estéticas e simbólicas das obras, sem restringir a liberdade interpretativa. Dessa forma, revisar modelos prescritivos e investir em estratégias que incentivem a leitura subjetiva e a escrita criativa contribui para a formação integral de leitores críticos, conscientes e socialmente engajados. Nesse sentido, a literatura destinada ao público jovem deve ser reconhecida como manifestação artística legítima e como ferramenta de formação cidadã, capaz de promover inclusão, escuta ativa e diversidade de vozes.

Sob essa perspectiva, *Alice no Espelho* não pode ser reduzida a um enredo linear ou a uma simples mensagem moralizante: sua potência reside justamente nas lacunas e indeterminações que desafiam o leitor a questionar padrões pré-estabelecidos, incluindo os ideais normativos de beleza. A aplicação dessa abordagem desvela como a obra exige do jovem leitor um posicionamento crítico, rompendo com a passividade e incitando à reflexão ativa sobre as representações de identidade e subjetividade.

## 2 O CORPO FEMININO E IDENTIDADES IMPOSTAS

Este capítulo apresenta uma análise das complexas relações entre o corpo feminino e as identidades socialmente construídas e impostas no contexto contemporâneo, com foco especial nas vivências e desafios próprios da adolescência. Apesar da constituição da identidade feminina configurar-se como um processo multifacetado e dinâmico, ela permanece marcada por rígidas imposições sociais, culturais e simbólicas, que têm no corpo um espaço privilegiado para a manifestação de significados, tensões e resistências.

Ao explorar essas questões, o capítulo busca ampliar a compreensão acerca das múltiplas dimensões que conformam as identidades femininas, adotando um olhar crítico frente às estruturas de opressão e violência, ao mesmo tempo que valoriza a subjetividade das adolescentes como protagonistas ativas de suas trajetórias pessoais. Em sintonia com os avanços da literatura juvenil contemporânea, que tem se destacado por representar e problematizar temas sensíveis e complexos, esta reflexão ressalta a importância de práticas pedagógicas e culturais que promovam o reconhecimento da diversidade, a valorização da pluralidade e o empoderamento feminino.

A análise apoia-se em abordagens interdisciplinares, articulando perspectivas sociológicas, psicológicas e culturais, com o propósito de construir uma visão integrada das identidades femininas e valorizar as experiências subjetivas das jovens leitoras. Além disso, enfatiza a necessidade de desenvolver estratégias educacionais e culturais que reconheçam a multiplicidade dessas identidades, combatam as diversas formas de violência e fomentem a autonomia e o empoderamento das mulheres, contribuindo para a formação de sujeitos críticos, conscientes e atuantes socialmente.

Sob essa perspectiva interdisciplinar, o capítulo inicialmente aborda as identidades na contemporaneidade, destacando a diversidade e a pluralidade das experiências femininas, bem como os conflitos advindos dos padrões normativos que limitam suas possibilidades de expressão e autonomia. Na sequência, a discussão se concentra na centralidade do corpo feminino, evidenciando as variadas formas de violência às quais ele é submetido e os efeitos dessas vivências na construção da identidade. Por fim, dedica-se à análise dos anseios, traumas e desafios característicos da adolescência feminina.

## 2.1 IDENTIDADES NA CONTEMPORANEIDADE

Conceituar o termo identidade constitui um exercício de elevada complexidade, na medida em que envolve não só a compreensão de características individuais, como também o reconhecimento das bases socioculturais e históricas que sustentam a definição do sujeito. Para Hall (2006, p. 7), essa complexidade do conceito de identidade resulta do fato de que “as identidades modernas estão sendo descentradas, isto é, deslocadas ou fragmentadas” em virtude de profundas transformações e avanços tecnológicos que vêm remodelando o cenário contemporâneo.

Essa fragmentação manifesta-se, de maneira evidente, nas discussões relacionadas às questões de gênero, às classes sociais, à sexualidade, à raça, à etnia e à nacionalidade, dimensões que, em períodos anteriores, eram compreendidas como estruturas sólidas e estáveis. As mudanças ocorridas nas últimas décadas têm provocado alterações substanciais também nas identidades pessoais, abalando a concepção tradicional de sujeitos integrados e coerentes em sua totalidade.

No que se refere ao espaço físico e às interações sociais presenciais, observa-se que as identidades se constroem e se projetam por múltiplos meios: nas formas de vestir, de caminhar, nos modos de comportamento, na entonação da voz, nas convicções e crenças, nas relações de poder, entre outros elementos simbólicos. Nessas interações, as expressões identitárias articulam-se com o uso da linguagem oral e se desenvolvem de maneira flexível, não obedecendo a normas fixas, mas ajustando-se continuamente de acordo com a relação estabelecida com o interlocutor e com a imagem que se deseja, ou não, projetar.

Nesse contexto teórico, o sociólogo jamaicano Stuart Hall se destaca por suas contribuições acerca da multiplicidade das identidades. Em sua obra *Da Diáspora: Identidades e mediações culturais*, Hall apresenta uma análise sobre a multiplicidade das identidades no contexto das diásporas. Nesse trabalho, ele investiga a noção de identidade cultural a partir da experiência dos migrantes caribenhos, destacando as complexidades da construção simbólica da identidade em contextos marcados pela globalização e pela intensificação dos fluxos migratórios.

O autor estabelece conexões entre essa experiência migratória e as complexidades que envolvem a construção simbólica da nação e da identidade caribenha em uma era caracterizada pela intensificação dos fluxos globais. Ao fazê-

lo, evidencia que as transformações decorrentes da globalização além de alterarem a percepção do pertencimento coletivo, reconfiguram as formas pelas quais os indivíduos e grupos se reconhecem como sujeitos culturais.

Hall (2006) destaca a centralidade das problemáticas decorrentes da diáspora, ressaltando que tais questões não se limitam ao âmbito das populações diretamente envolvidas, mas estendem-se às manifestações artísticas e culturais por elas produzidas, conforme enfatiza o autor, “Os mitos fundadores da identidade cultural são, por definição, transitórios: não apenas estão fora da história, mas são fundamentalmente a-histórico” (Hall, 2003, p. 29). Essa perspectiva evidencia que as construções identitárias se configuram como processos dinâmicos, permeados por deslocamentos e ressignificações constantes, especialmente em contextos marcados pela globalização e pela intensificação dos fluxos migratórios.

Ao questionar a concepção de um sujeito cultural estável e imutável, Hall propõe uma ampliação teórica que compreende a identidade como um fenômeno processual, continuamente moldado por deslocamentos, hibridismos e negociações simbólicas. Essa abordagem desloca o entendimento tradicional de identidade para um campo mais fluido e relacional, no qual as experiências históricas, sociais e culturais interagem de forma complexa. Tal perspectiva oferece subsídios para uma reinterpretação do próprio conceito de cultura, concebendo-a não como um repositório fixo de valores e significados, mas como um espaço dinâmico de disputas, ressignificações e reinvenções constantes, no qual diferentes vozes e narrativas disputam legitimidade e visibilidade.

A história, enquanto construção temporal, organiza-se de forma linear, orientada por uma sucessão cronológica de eventos. Em contraposição, a estrutura narrativa dos mitos apresenta caráter cíclico, sustentando-se na repetição de padrões simbólicos e narrativos que se renovam continuamente. No entanto, mesmo no curso da história, o sujeito não permanece estático; ao contrário, é constantemente transformado, uma vez que as sociedades não se constituem de um único povo homogêneo, mas resultam da confluência de diferentes grupos étnicos, culturais e sociais. As origens, portanto, não se apresentam como únicas e fixas, mas como múltiplas e diversificadas.

Nesse processo de interações interculturais, o contato com novos ambientes socioculturais exerce influências significativas sobre o comportamento dos indivíduos, desencadeando mudanças estruturais nas sociedades e promovendo rearranjos nos

modos de vida, nas práticas culturais e nas formas de organização social. Essa dinâmica de transformação social e subjetiva reflete-se diretamente na construção identitária, que deixa de se ancorar em referenciais estáveis e passa a ser marcada pela fluidez e pela fragmentação. Nesse sentido, Hall (2006, p. 07) observa que:

> As velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até que visto como sujeito unificado. A assim chamada "crise de identidade" é vista como parte de um processo mais amplo de mudança, que está deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social (Hall, 2006, p.07).

No passado, as identidades eram concebidas como entidades estáticas e imutáveis, em que o processo de construção identitária do sujeito se estabelecia a partir do nascimento, conferindo estabilidade tanto aos indivíduos quanto aos contextos culturais nos quais estavam inseridos. A compreensão de identidade, nesse período, estava intrinsicamente associada à noção de raízes, compreendendo aspectos como costumes, território, temporalidades longas e uma memória simbolicamente densa.

Entretanto, as profundas transformações sociais, políticas, econômicas e tecnológicas ocorridas no mundo contemporâneo impactaram significativamente essa concepção, fazendo com que as identidades passassem a se apresentar de forma fragmentada, múltipla e heterogênea. Assim, emergem diferentes formas de pertencimento e de autoidentificação, configurando sujeitos que transitam por diversas referências culturais. Nesse sentido, conforme aponta Hall (2006, p. 12), esse processo de identificação tornou-se "provisório, variável e problemático".

Dessa perspectiva, o sujeito pós-moderno é constituído a partir de um processo dinâmico e contínuo, no qual não se identifica mais com um núcleo fixo, essencial e permanente. Sua identidade passa a se articular por meio de redes e fluxos, caracterizando-se pela instantaneidade e pela fluidez. Tais características resultam em transformações profundas no modo como os indivíduos constroem a si mesmos, repercutindo diretamente na configuração das identidades pessoais e coletivas no cenário contemporâneo.

Para compreender o processo de transformação do sujeito na contemporaneidade, Hall (2006) recorre à retomada das concepções de indivíduo

vigentes no período do Iluminismo. Nesse contexto histórico, o sujeito era concebido como centrado, unificado e dotado de plenas capacidades racionais. O núcleo constitutivo do "eu" era a própria identidade pessoal, concebida como elemento estável e essencial à formação do indivíduo. No modelo de sujeito sociológico, essa identidade se estruturava na interação entre o "eu" e a sociedade, de modo que o espaço entre o “interior” e o “exterior” era preenchido por um processo identitário em constante diálogo com os mundos culturais que circundavam o sujeito e com as identidades que esses mundos ofereciam.

Entretanto, no paradigma do sujeito pós-moderno, conforme afirma o autor, a identidade deixa de se configurar como algo fixo ou imutável, passando a assumir o caráter de uma “celebração móvel”. Nessa perspectiva, ela é continuamente formada e transformada em função das múltiplas formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos envolvem. Assim, a identidade se torna fluida e dinâmica, refletindo as constantes negociações e reconfigurações resultantes das interações sociais e das transformações simbólicas no mundo contemporâneo, pois:

> A identidade passa a ser definida historicamente e não biologicamente. O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um “eu” coerente, [...] Se sentimos que temos uma identidade unificada desde o nascimento até a morte é apenas porque construímos uma cômoda estória sobre nós mesmos ou uma confortadora “narrativa do eu”. A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia (Hall, 2006, p.13-14).

Essa compreensão da identidade fluida e fragmentada insere-se no contexto mais amplo das transformações provocadas pela globalização, termo que se destaca como um dos mais recorrentes no discurso do século XXI. A globalização, processo impessoal e impositivo, transcende as fronteiras nacionais, conectando comunidades e integrando dimensões econômicas, ideológicas e culturais, configurando o mundo como uma verdadeira aldeia global. Essa realidade é marcada por incertezas e mudanças tecnológicas aceleradas, difíceis de serem acompanhadas. Nesse cenário de transformações globais, Bauman (2005) descreve esse momento como transição,

> [...] da fase “sólida da modernidade para a fase fluída”. E os “fluidos” são assim chamados porque não conseguem manter a forma por muito, mesmo num recipiente apertado, continuam mudando de forma

> sob influência até mesmo das menores forças. E vai além, tudo isso é como habitar um universo, onde ninguém, em lugar algum pode apontar a diferença entre um caminho ascendente e um declive acentuado (Bauman, 2005, p. 57).

Na modernidade sólida, as estruturas sociais, culturais e individuais apresentavam características de estabilidade, previsibilidade e durabilidade, assemelhando-se a um objeto sólido capaz de manter sua forma mesmo quando submetido a pressões externas. Contudo, na fase fluida, essas mesmas estruturas passam a manifestar-se de maneira instável, mutável e flexível, comparáveis a um líquido que não conserva uma forma fixa, adaptando-se continuamente às diversas circunstâncias e influências externas, inclusive as mais sutis.

Bauman destaca que essa fluidez dificulta a distinção entre progresso e retrocesso, uma vez que as transformações ocorrem de modo imprevisível e incessante, gerando um cenário marcado por uma persistente sensação de incerteza e fragilidade existencial. Nesse contexto, observa-se que quanto maior a exposição das culturas nacionais às influências provenientes do processo de globalização, mais as identidades se tornam vulneráveis a constantes pressões e transformações, configurando-se como fenômenos provisórios e instáveis tanto em suas dimensões temporais quanto espaciais (Bauman, 2005).

Giddens (2002), ao abordar a vida social contemporânea, destaca que à medida que a influência da tradição se enfraquece, e a rotina diária passa a ser reconfigurada pela complexa interação dialética entre as esferas local e global, os indivíduos se veem cada vez mais compelidos a selecionar seus estilos de vida a partir de um amplo leque de possibilidades. Essa dinâmica implica que as escolhas pessoais não são mais determinadas por normas rígidas e pré-estabelecidas, mas sim construídas em um cenário de diversidade cultural e social crescente.

No contexto do processo de globalização, a volatilidade e a instabilidade passaram a caracterizar de maneira significativa as identidades no mundo pós-moderno. Os indivíduos são constantemente impactados por um fluxo contínuo e diversificado de informações provenientes das mais variadas fontes, algumas das quais são acolhidas positivamente, enquanto outras geram resistências ou desconfortos. Assim, o avanço dos meios de comunicação, especialmente a radiodifusão e a televisão via satélite, possibilitou a transmissão instantânea de notícias em tempo real, intensificando a velocidade com que as informações circulam

e influenciam a construção das identidades contemporâneas. No âmbito comunicacional, o avanço das tecnologias e a amplificação dos fluxos informacionais intensificam as mudanças identitárias. Rajagopalan (2003) enfatiza que, na atualidade, é praticamente impossível permanecer desinformado, ressalvando a pressão constante para a absorção do volume avassalador de informações, característica da era da informação.

> Hoje, principalmente nas populações urbanas do mundo inteiro, só vive desinformado quem quer se isolar do resto do mundo por vontade própria, sendo que os inúmeros cartazes e outdoors espalhados em lugares públicos e outras formas de propaganda agressiva ainda se esforçam para que o nosso "ludita[1]" contumaz deixe de realizar seu sonho em plenitude. Estamos vivendo a era da informação - hoje somos o que sabemos (Rajagopalan, 2003, p. 59).

Nesse sentido, a linguagem também sofre transformações significativas no contexto do processo de globalização, sendo profundamente influenciada pela abundância e pelo fluxo excessivo de informações que permeiam o cotidiano contemporâneo. Essa condição intensifica as instabilidades e contradições presentes não apenas na esfera informacional, mas igualmente nas relações interpessoais e interculturais, configurando um cenário complexo e multifacetado.

No contexto dos processos globais, Hall (2006) aponta algumas consequências significativas para a configuração das identidades contemporâneas. A primeira delas é caracterizada pela desintegração das identidades nacionais, fenômeno decorrente do avanço da homogeneização cultural em escala global. Em contrapartida, observa-se também um esforço por parte das identidades locais de se reafirmarem como forma de resistência às pressões homogeneizadoras da globalização. Além disso, emerge a formação de novas identidades híbridas, que passam a ocupar o lugar tradicionalmente reservado às identidades nacionais.

Nesse contexto, os indivíduos que fazem parte de culturas híbridas estão inevitavelmente envolvidos em um processo contínuo de tradução cultural, no qual são compelidos a viver simultaneamente em duas identidades distintas. Hall (2006, p. 89) destaca que "as culturas híbridas constituem um dos diversos tipos de identidades

[1] O ludismo foi um movimento social e operário que ocorreu na Inglaterra entre os anos de 1811 e 1816, durante a Revolução Industrial. Caracterizou-se principalmente pela resistência violenta de trabalhadores têxteis, que destruíam máquinas e equipamentos industriais. Os ludistas eram os integrantes desse movimento, trabalhadores que se organizaram para protestar contra a introdução das máquinas na indústria, sobretudo os teares mecânicos (Braick; Mota, 2007).

distintivamente novos produzidos na era da modernidade tardia", evidenciando a complexidade e a inovação que caracterizam as construções identitárias na contemporaneidade. Essa perspectiva ressalta a multiplicidade e a fluidez das identidades, reflexo das transformações culturais e sociais impostas pela globalização e pela crescente interconexão entre diferentes contextos culturais.

Dessa maneira, a globalização configura-se como um fenômeno de grande impacto na conformação das identidades individuais, promovendo profundas transformações culturais que redefinem a percepção do sujeito acerca de si mesmo e do mundo. Esse processo contribui para o esfacelamento da imagem de uma sociedade tradicional, dando lugar à emergência de uma sociedade pós-moderna caracterizada pela hibridização cultural e pela ausência de uma estrutura sólida e estável. Tal sociedade é marcada pela interconectividade proporcionada por vastas redes virtuais, que ampliam e diversificam as possibilidades de construção identitária em contextos fluidos e dinâmicos.

Logo, o sujeito contemporâneo encontra-se inserido em uma complexa teia de relações interligadas, na qual os diversos fios que a compõem estão intrinsecamente entrelaçados. Nesse contexto, a construção da identidade e das relações sociais se dá por meio da intersubjetividade e da interdependência, evidenciando um processo coletivo e dinâmico. Dessa forma, o conjunto dessas transformações sinaliza uma reconfiguração profunda das identidades no mundo contemporâneo, que se apresentam como construções plurais, fluidas e em permanente negociação.

## 2.2 O CORPO FEMININO: VIOLÊNCIA E IDENTIDADE

Ao longo da história, o corpo feminino tem ocupado posição central nos processos de regulação e disciplinamento social, sendo continuamente moldado por um conjunto de normas estéticas, morais e culturais que o enquadram como objeto de constante observação, avaliação e julgamento. Essas construções normativas, longe de serem neutras, atuam como instrumentos de poder que legitimam e reproduzem hierarquias sociais e de gênero, definindo como a mulher deve apresentar-se fisicamente, quais condutas, gestos e posturas são consideradas socialmente aceitáveis.

O corpo feminino ultrapassa a compreensão restrita de simples estrutura biológica, configurando-se como um território simbólico no qual se inscrevem múltiplas

disputas e tensões que expressam, sustentam e, por vezes, intensificam sistemas históricos e socioculturais de dominação. Esse espaço não é neutro, mas atravessado por complexas tramas de poder, nas quais se entrelaçam mecanismos de vigilância e controle que, muitas vezes, operam de forma sutil, difusa e naturalizada (Andrade, 2015).

Tais dispositivos, ancorados em normas sociais, padrões estéticos e construções culturais, exercem influência direta na constituição da subjetividade feminina, moldando percepções, afetos e condutas, ao mesmo tempo em que impõem fronteiras simbólicas às possibilidades de ação, expressão e autodeterminação das mulheres. Assim, o corpo feminino atua como espaço central de reprodução de discursos hegemônicos, servindo tanto de objeto quanto de instrumento para práticas regulatórias que moldam sua aparência e definem sua legitimidade social.

Esses mecanismos de regulação, frequentemente marcados por sutileza e naturalização, operam de forma a produzir aquilo que Pierre Bourdieu (1989) denomina de violência simbólica[2], um mecanismo de dominação que se manifesta de maneira quase invisível, inscrito nas práticas cotidianas e nas estruturas culturais, de modo que sua presença raramente é percebida como imposição. Trata-se de um dispositivo de poder que leva as mulheres a assimilar e incorporar, como se fossem naturais, normas, valores e expectativas historicamente construídos, os quais, ao se cristalizarem no imaginário social, moldam identidades e subjetividades.

Nesse sentido, o autor explicita o propósito de investigar a permanência ou a transformação da ordem sexual, tendo como foco a identificação e a análise dos mecanismos históricos responsáveis pela manutenção das estruturas da divisão sexual. Bourdieu (2012) argumenta que essa perpetuação ocorre por meio da própria ordem social, que opera como um dispositivo de legitimação e naturalização da dominação masculina. Essa lógica se sustenta em uma divisão sexual hierarquizada, que atribui valores, funções e papéis distintos e desiguais ao masculino e ao feminino, reproduzindo, assim, relações de poder assimétricas e enraizando-as no tecido social de maneira quase imperceptível.

A internalização dessas normas e valores não apenas restringe a autonomia e a capacidade crítica das mulheres, como ainda delimita seu campo de possibilidades de expressão corporal, influenciando desde gestos e posturas até escolhas estéticas

[2] O termo violência simbólica foi cunhado pelo sociólogo Pierre Bourdieu, mais precisamente em seu estudo *A Reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino* (1970).

e comportamentais. Ao mesmo tempo, compromete processos de autoaceitação, ao estabelecer como parâmetro de valor pessoal a conformidade a padrões hegemônicos de beleza e conduta. Logo, reforça-se a reprodução das desigualdades de gênero e a manutenção de estruturas simbólicas excludentes, que, sob a aparência de neutralidade, continuam a legitimar e perpetuar a dominação masculina.

Nesse sentido, a assimilação da perspectiva androcêntrica como referência dominante, capaz de impor padrões específicos de conduta às mulheres, abrangendo desde o desempenho em ambientes profissionais, passando pelas escolhas relacionadas ao vestuário, até a própria vivência e percepção do corpo, configura-se como manifestação daquilo que Bourdieu define como violência simbólica. O autor conceitua esse fenômeno como uma

> Violência simbólica, violência suave, insensível, invisível as suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento, ou em última instância, do sentimento. Essa relação social extraordinariamente ordinária oferece também uma ocasião única de apreender a lógica da dominação, exercida em nome de um princípio simbólico conhecido e reconhecido tanto pelo dominante quanto pelo dominado, de uma prioridade distintiva, emblema ou estigma, dos quais o mais eficiente simbolicamente é essa propriedade corporal inteiramente arbitrária e não predicativa que é a cor da pele (Bourdieu, 2012, p.7-8).

Desse modo, essa forma de violência não opera por meio de coerção física direta, mas através da internalização de representações, valores e normas que, ao se naturalizarem, passam a orientar comportamentos e percepções de forma acrítica. Sua ação manifesta-se, inclusive, em práticas e discursos inconscientes, impregnados por uma cultura masculina, frequentemente de caráter machista, que se apresenta como a ordem natural e legítima das relações sociais. Por ser interpretada como intrínseca e imutável, essa ordem tende a escapar ao questionamento, reforçando e perpetuando a hierarquia de gênero. Assim, a violência simbólica sustenta-se justamente na capacidade de fazer com que as próprias estruturas de dominação sejam reconhecidas e reproduzidas como legítimas, tanto pelos homens quanto pelas mulheres, consolidando-se como um dos mecanismos mais eficazes de manutenção da desigualdade.

Sob a ótica de gênero, a violência simbólica manifesta-se na ausência de equivalência entre os sexos, refletida no acúmulo desigual de capital social,

econômico e simbólico. A sociedade passa a pressupor que o homem deve possuir maior capital em relação à mulher, sendo essa diferença legitimada e naturalizada pelo discurso dominante. Essa lógica se materializa, por exemplo, na limitação do acesso feminino a determinados cargos de prestígio e na atribuição de salários inferiores, frequentemente justificados pela maternidade ou por supostas capacidades reduzidas das mulheres. Dessa forma, a violência simbólica atua como instrumento de dominação social, validado como mecanismo de reprodução de desigualdades de gênero, perpetuando hierarquias e normas sociais excludentes (Soihet, 1997).

Segundo Nader e Caminoti (2014), sob a perspectiva de gênero, observa-se a existência de uma cadeia estruturada de poder em que o masculino se posiciona de forma dominante sobre o feminino. Nesse processo, ainda que muitas vezes não seja conscientemente percebido, estabelecem-se papéis sociais hierarquizados, nos quais um grupo exerce dominação enquanto o outro se encontra subordinado a essa estrutura. Essa dinâmica evidencia como o discurso dominante é reproduzido e legitimado socialmente, tornando a violência simbólica um mecanismo persistente e naturalizado na organização das relações sociais.

Na contemporaneidade, o corpo tem se constituído, de forma cada vez mais evidente, como um espaço simbólico central na configuração dos modos de subjetivação característicos de nossa época. Esse fenômeno é intensificado pelo avanço das novas tecnologias e pelo forte apelo midiático, que difundem a ideia de que é possível alcançar padrões ideais de beleza mediante intervenções oriundas das ciências médicas, tais como cirurgias plásticas, procedimentos estéticos e tratamentos minimamente invasivos.

Paralelamente, a ampla disponibilidade de recursos voltados à manutenção da chamada “boa forma”, como academias, programas de condicionamento físico, dietas personalizadas e rotinas de exercícios, contribui para que o corpo seja concebido como uma espécie de máquina passível de ajustes, reparos e adaptações contínuas. Nesse contexto, o corpo deixa de ser apenas um dado biológico e passa a ser interpretado como um projeto em constante aperfeiçoamento, submetido a regimes de disciplina e controle que, muitas vezes, se articulam a ideais normativos de saúde, estética e desempenho.

O imaginário social contemporâneo, apoiado em avanços, sustenta a crença de que nada é impossível, inclusive a busca pelo corpo perfeito, que passa a ser concebida como objetivo plenamente alcançável. Stein (1991, p.29) observa que tais

imaginários se ancoram em pressupostos como "o progresso indefinido da técnica" e "a possibilidade de a ciência resolver todos os problemas", fomentando a expectativa de que intervenções estéticas podem concretizar padrões corporais idealizados.

Tal concepção e/ou representação social da existência de um corpo padrão, ilustrada emblematicamente por concursos como o Miss Universo, que consagram um único corpo como o mais belo do mundo, reforça e naturaliza a ideia de que a beleza e a delicadeza constituem atributos intrínsecos e indispensáveis à feminilidade. Essa perspectiva implica a crença de que, para que o corpo feminino seja considerado belo, deve necessariamente apresentar determinados traços físicos específicos, delineando um modelo estético a ser perseguido. Dentro dessa lógica, alcançar esse padrão torna-se condição para a obtenção de aceitação e admiração social (Cabeda, 2004).

No cenário sociocultural contemporâneo, caracterizado pelo avanço tecnológico e pela ampla disponibilidade de recursos capazes de modificar, aperfeiçoar ou até suprimir determinadas características corporais, constrói-se, de forma simultaneamente simbólica e concreta, uma obrigação social dirigida às mulheres: a de moldar seus corpos em conformidade com os padrões estéticos vigentes. Esse imperativo ultrapassa o campo da escolha individual e inscreve-se em um sistema normativo que associa valor social, aceitação e reconhecimento à aderência a esses modelos.

Nesse contexto, caracterizado pelo avanço das tecnologias estéticas e biomédicas que possibilitam modificar, aprimorar ou até mesmo eliminar determinadas características corporais, observa-se a intensificação de uma exigência social dirigida especialmente às mulheres: a de conformar-se a padrões estéticos amplamente difundidos e legitimados pela cultura hegemônica. Essa exigência não se configura apenas como uma imposição simbólica, mas adquire contornos concretos, uma vez que impacta diretamente a forma como a mulher é reconhecida, avaliada e inserida nos diferentes espaços sociais.

Sob esse prisma, Cabeda (2004, p. 151) ressalta que a aparência física feminina deixa de ser compreendida como um “ganho da natureza” para tornar-se objeto de constante intervenção, “passível de transformação e construção” por meio de múltiplos recursos, técnicas e procedimentos estéticos que, em última instância, reforçam a lógica da adequação corporal a padrões normativos pré-estabelecidos.

Ressalta-se, contudo, que o objetivo desta análise não é condenar de forma

simplista a valorização da dimensão estética, visto que em determinados contextos profissionais, como no caso de modelos, atrizes ou artistas, a aparência constitui elemento fundamental de atuação e reconhecimento. O que se problematiza, entretanto, é a supervalorização das aparências e a consequente redução da mulher à sua dimensão física, o que gera impactos nocivos tanto para a saúde mental quanto para a integridade física. Essa conjuntura configura-se, ainda, como forma de violência, que pode se manifestar tanto no âmbito material, quanto no plano simbólico, reproduzindo padrões excludentes e opressivos.

Conforme analisa Cabeda (2004), a “ferida narcísica”, provocada pela impossibilidade de alcançar o padrão imposto, tende a ocasionar dor e sofrimento, visto que coloca o sujeito em constante estado de inadequação. Essa lógica conduz a uma percepção de que o corpo nunca é suficiente, instaurando um ciclo interminável de insatisfação e de busca por aperfeiçoamentos. Isso ocorre porque o Outro que valida ou rejeita é, na verdade, uma representação da cultura dominante, estruturada sobre bases racistas, sexistas e permeadas por preconceitos relacionados à idade, à classe social, à etnia e à deficiência. Assim, a submissão a tais padrões reforça desigualdades e exclusões, além de perpetuar um ciclo de insatisfação e vulnerabilidade emocional, no qual o corpo se torna o *locus* de disputa entre a subjetividade individual e as imposições normativas da coletividade.

Nessa perspectiva, a centralidade atribuída aos padrões estéticos na sociedade contemporânea configura o corpo feminino como um território privilegiado de visibilidade e de constante escrutínio social, no qual se projetam expectativas e juízos que extrapolam a dimensão individual. O corpo é concebido como um modelo idealizado, um protótipo simbólico, suscetível a contínuos processos de reconfiguração e aperfeiçoamento, orientados pela lógica de adequação a parâmetros estéticos socialmente instituídos.

Essa dinâmica é condicionada não só pelas aspirações e desejos subjetivos, como também pelas possibilidades econômicas que viabilizam o acesso a procedimentos, produtos e práticas voltados à modificação da aparência. Dessa forma, as normas culturais hegemônicas não se limitam a prescrever um ideal de beleza, mas também determinam os meios legítimos de alcançá-lo, reforçando mecanismos de distinção social e de manutenção das hierarquias simbólicas que atravessam o gênero e a classe (Nader; Caminoti, 2014).

Diante desse panorama, os indivíduos encontram-se constantemente imersos

em um ambiente permeado pela influência massiva dos meios de comunicação e pelas estratégias persuasivas das dinâmicas de mercado, que difundem e reforçam a concepção de que o alcance do padrão estético socialmente valorizado é um objetivo prontamente atingível. Esse discurso, ao minimizar a percepção do esforço físico, emocional e financeiro exigido para a conformidade a esses ideais, contribui para a internalização acrítica de modelos normativos.

Nesse processo, a vigilância social sobre o corpo é naturalizada, transformando-se em um mecanismo simbólico de controle que legitima e perpetua a pressão para a adequação a formas estéticas pré-estabelecidas e culturalmente impostas. Essa lógica, como destacam Nader e Caminoti (2014), atua não apenas na esfera da aparência, mas também na constituição de subjetividades, regulando comportamentos e delineando fronteiras entre o aceitável e o desviante no imaginário social.

Ainda, a intensidade da violência simbólica exerce-se de maneira exacerbada pela ampla disseminação de ideais corporais frequentemente inatingíveis, propagados e reforçados tanto pela mídia tradicional quanto, de forma mais veemente, pelas plataformas digitais e redes sociais. Esse fenômeno transforma o corpo feminino em um objeto de mercantilização, conferindo à beleza um valor simbólico que se converte em critério de distinção social. Nesse contexto, a aceitação, o reconhecimento e a legitimidade da mulher passam a depender da conformidade com padrões estéticos uniformes e excludentes, reforçando desigualdades e limitando a diversidade de experiências corporais e identitárias.

Nesse cenário de imposições normativas e pressões simbólicas, a literatura juvenil contemporânea assume um papel relevante ao oferecer reflexões sobre identidades e processos de subjetivação. As obras destinadas a esse público abordam temáticas como a construção da identidade, os conflitos familiares, as dificuldades de relacionamento e a pressão social, funcionando como espelhos nos quais os jovens leitores podem se reconhecer. A narrativa juvenil contribui, assim, para a formação de uma autoimagem positiva e para o fortalecimento da autoestima, proporcionando representações que rompem com estereótipos e padrões tradicionais.

Ademais, a diversidade configura-se como um traço estruturante da produção literária juvenil contemporânea, evidenciando-se na pluralidade de personagens que representam distintas origens étnicas, sociais, culturais e identidades sexuais. Essa multiplicidade de vozes contribui para a construção de modelos de identificação mais

inclusivos, desafiando os estereótipos e preconceitos historicamente presentes na produção literária e na sociedade.

Ao propor narrativas que se afastam dos padrões normativos e das expectativas tradicionais, a literatura juvenil exerce um papel crítico, estimulando os leitores a problematizar normas sociais rígidas e a refletir sobre desigualdades estruturais. Nesse processo, os jovens são convidados a ampliar sua compreensão acerca da diversidade humana e a desenvolver subjetividades mais autônomas, capazes de resistir às imposições de ideais hegemônicos relacionados à aparência física, gênero, comportamento e pertencimento social.

## 2.3 ANSEIOS E TRAUMAS NA ADOLESCÊNCIA FEMININA

O termo tem origem no latim *adolescere*, formado pela junção de *ad* (“para”) e *olescere* (“crescer”), remetendo, portanto, à ideia de crescimento e amadurecimento (Aguiar et al., 2020). Esse período é concebido como uma fase de transição entre a infância e a vida adulta, marcada pela busca de identidade, pela redefinição das relações sociais e pelo desenvolvimento progressivo da autonomia.

A adolescência constitui-se em uma fase de transição marcada por elevada complexidade, situada entre a infância e a vida adulta, e caracterizada por transformações significativas de ordem física, cognitiva, afetiva e psicossocial (Papalia, 2013). Longe de configurar-se como um processo linear ou homogêneo, esse período deve ser compreendido em sua pluralidade, uma vez que as experiências adolescentes variam de acordo com os contextos sociais, culturais e históricos nos quais os sujeitos estão inseridos, bem como pelas especificidades individuais que permeiam cada trajetória. Assim, a adolescência não pode ser reduzida a uma categoria universal, mas deve ser analisada como um fenômeno multifacetado, atravessado por diferentes condicionantes que influenciam tanto a constituição identitária quanto os modos de inserção social dos indivíduos.

A marca inicial desse processo geralmente se dá a partir das mudanças físicas advindas da puberdade, que desencadeiam não apenas alterações biológicas, mas repercussões emocionais e comportamentais, frequentemente associadas a sentimentos de instabilidade e intensificação das experiências subjetivas (Bee, 2012). Além das transformações corporais, a adolescência é também um momento de reorganização cognitiva e de reestruturação identitária, em que o indivíduo passa a

questionar valores, construir novos referenciais e enfrentar demandas sociais que exigem maior autonomia e capacidade reflexiva.

Entretanto, importa destacar que a adolescência nem sempre foi reconhecida como uma etapa específica do ciclo vital. Historicamente, a concepção de infância e adolescência como fases distintas da existência humana é relativamente recente. Foi somente a partir do século XIX que a sociedade ocidental passou a diferenciar tais estágios, atribuindo-lhes características próprias e reconhecendo suas necessidades particulares. Esse movimento esteve diretamente associado ao surgimento de leis regulatórias, como aquelas que limitaram o trabalho infantil e juvenil e que responsabilizaram os pais pela escolarização de seus filhos, revelando um avanço significativo no reconhecimento social e jurídico da condição de criança e adolescente (Aguiar et al., 2020).

Do ponto de vista normativo, observa-se que diferentes instituições estabelecem parâmetros etários distintos para a delimitação da adolescência. A Organização Mundial da Saúde (OMS) define como adolescentes os indivíduos situados na faixa etária entre 10 e 19 anos, ressaltando a relevância desse período para a formação integral do sujeito. Já no contexto brasileiro, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), promulgado em 1990, estabelece como adolescente todo indivíduo entre 12 e 18 anos incompletos, reconhecendo a necessidade de políticas específicas de proteção e desenvolvimento para essa parcela da população. Assim, evidencia-se que a adolescência não pode ser compreendida apenas sob uma perspectiva cronológica, mas como uma construção social, histórica e cultural, que envolve múltiplas dimensões da experiência humana e demanda atenção especial tanto da ciência quanto das políticas públicas (Eisenstein, 2005).

Essa etapa do ciclo vital é profundamente marcada pelo processo de desenvolvimento físico e sexual, o qual se manifesta por transformações significativas no corpo e no funcionamento fisiológico do indivíduo. Entre as mudanças mais visíveis encontram-se o aumento da estatura, a variação no peso corporal e a alteração das proporções morfológicas, que conferem ao adolescente características próprias da transição rumo à vida adulta.

Do ponto de vista biológico, esse conjunto de modificações é identificado como puberdade, momento crucial em que ocorre a reativação dos mecanismos neuro-hormonais vinculados ao eixo hipotálamo-hipofisário-adrenal-gonadal, responsáveis pela maturação sexual e pelo desencadeamento de novos padrões de funcionamento

orgânico (Aguiar et al., 2020). Esse processo envolve aspectos morfológicos, alterações metabólicas e endócrinas que impactam diretamente o crescimento, a diferenciação sexual e o amadurecimento do organismo.

> Junto com os primeiros pelos no corpo, com o crescimento repentino e o desenvolvimento das características sexuais, surgem as rebeldias, as insatisfações, a onipotência, as crises geracionais, enfim tudo aquilo que a psicologia, tão cuidadosamente, registrou e denominou de adolescência (Bock, 2004, p. 33).

Sob a ótica da ciência do desenvolvimento humano, a adolescência configura-se como um período marcado por intensas transformações neurobiológicas, que repercutem de maneira significativa no comportamento, na afetividade e na constituição da personalidade do sujeito. Bock (2004) salienta que, nesse estágio, o cérebro passa por processos de reorganização estrutural e funcional, especialmente em áreas responsáveis pelo controle inibitório, pela tomada de decisões e pela regulação das emoções, o que contribui para a emergência de novas formas de percepção de si e do mundo. Paralelamente, ocorre a intensificação da atividade hormonal, que além de influenciar o amadurecimento físico e sexual, impacta diretamente a estabilidade emocional, a formação de traços de personalidade e a construção de vínculos sociais.

No mesmo período em que se verificam as transformações orgânicas, manifestam-se igualmente mudanças de ordem psicológica, pelas quais o adolescente vivencia processos de transição e adaptação emocional:

> Desequilíbrios e instabilidades, demonstrando períodos de elevação e de introversão, alternando entre audácia, timidez, descoordenação, urgência, desinteresse ou apatia, que se sucedem ou são concomitantes com conflitos afetivos, crises religiosas, intelectualização e postulações filosóficas (Aguiar et al., 2020, p. 3).

Essas alterações, de natureza simultaneamente biológica e psicológica, desencadeiam transformações psíquicas profundas, que se refletem na maneira como o adolescente interpreta suas experiências, organiza sua subjetividade e estabelece padrões de comportamento. Tais mudanças, por sua vez, estão intrinsecamente vinculadas aos processos de socialização, na medida em que moldam as formas de interação e de pertencimento em diferentes contextos. Dessa forma, a adolescência deve ser compreendida como um momento crucial de articulação entre dimensões

internas, cognitivas, emocionais e hormonais, e externas, culturais, sociais e relacionais, constituindo um terreno fértil para a elaboração da identidade e para a preparação da vida adulta.

Durante o período da adolescência, observa-se o desenvolvimento de uma capacidade reflexiva mais elaborada, que leva o indivíduo a questionar normas sociais estabelecidas, valores transmitidos pelo núcleo familiar e figuras de autoridade tradicionalmente reconhecidas. Esse processo crítico, característico dessa etapa, é acompanhado pela elaboração gradual de princípios próprios, bem como pela definição inicial de projetos pessoais e de vida.

Conforme aponta Erikson (1976), a adolescência constitui-se como a fase central da formação da identidade, momento em que o sujeito enfrenta a tensão entre identidade e confusão de papéis. Esse desafio implica articular experiências anteriores, herdadas da infância, com novas possibilidades e expectativas voltadas ao futuro, o que confere à adolescência um papel estruturante na constituição da subjetividade e na construção da autonomia individual.

O início da adolescência feminina torna-se um processo visivelmente perceptível, uma vez que, em um intervalo relativamente breve, ocorrem transformações significativas tanto no corpo quanto na esfera psíquica da jovem. Com o advento da puberdade, manifestam-se mudanças fisiológicas marcantes, como o desenvolvimento dos caracteres sexuais secundários e a alteração da estrutura corporal, as quais não apenas redefinem a imagem que a adolescente possui de si mesma, mas influenciam diretamente a maneira como ela passa a ser percebida e socialmente situada. Essas modificações, contudo, não se restringem ao âmbito biológico. Paralelamente, emergem transformações subjetivas que atravessam a constituição identitária e a elaboração das relações interpessoais.

Diante de todas essas transformações que caracterizam a adolescência, a construção da imagem corporal torna-se um processo fundamental a ser reformulado e reelaborado pelo sujeito. A noção de imagem corporal refere-se à representação mental que o indivíduo possui de seu próprio corpo, isto é, à forma como ele o percebe, interpreta e significa em sua experiência subjetiva. Esse conceito não se limita apenas à dimensão sensorial e perceptiva, mas envolve igualmente aspectos cognitivos e afetivos, englobando ideias, crenças e sentimentos, muitos dos quais se encontram em níveis inconscientes (Schilder, 1999).

A construção da imagem corporal constitui-se como um processo contínuo e

dinâmico, resultante das interações que o indivíduo estabelece consigo mesmo e com o meio social. Trata-se de uma representação subjetiva que não se configura de maneira estática, mas que se desenvolve ao longo da vida, acompanhando as transformações biológicas, psicológicas e sociais inerentes a cada etapa do desenvolvimento humano. Kolck (1984) enfatiza que a imagem corporal é uma unidade adquirida, de natureza eminentemente dinâmica, na qual as alterações corporais repercutem diretamente sobre a forma como o sujeito se percebe e se relaciona com sua própria corporeidade.

Na adolescência, esse fenômeno manifesta-se de maneira ainda mais acentuada, uma vez que o corpo sofre modificações rápidas e significativas, demandando uma constante reorganização das representações internas e da autoimagem. O adolescente é, nesse sentido, convocado a integrar novas percepções de si em um cenário marcado pela busca de identidade, pelo desejo de aceitação social e pelas exigências culturais que atravessam a experiência do ser jovem. Assim, a imagem corporal, nesse período, torna-se um espaço de tensões e reconstruções, refletindo a complexa articulação entre transformações orgânicas, demandas emocionais e pressões sociais que incidem sobre o sujeito em processo de maturação.

A transição da infância para a adolescência implica, para a jovem, a necessidade de reelaborar simbolicamente o luto pela perda do corpo infantil, que gradativamente deixa de existir, ao mesmo tempo em que se faz necessário integrar e aceitar as transformações advindas da puberdade. Entre essas transformações, destaca-se a menarca, evento que inaugura a capacidade biológica de reprodução, que carrega forte carga simbólica e social, associada à definição da identidade sexual e ao papel culturalmente atribuído à mulher nas relações afetivas e na possibilidade de maternidade.

Esse processo, todavia, não se reduz à dimensão biológica, mas envolve complexas elaborações psíquicas e sociais, nas quais a adolescente se vê convocada a reconstruir sua autoimagem e a ressignificar seu lugar no mundo. Aberastury (1990) enfatiza que as angústias, estados de despersonalização e sentimentos de estranhamento que frequentemente acompanham esse período decorrem do fato de que tais mudanças não são externas ou impostas de fora, mas produzidas pelo próprio corpo da jovem. Essa percepção, de que o corpo se transforma de maneira autônoma e inevitável, pode gerar sentimentos de perda de controle e desencadear vivências de

vulnerabilidade e ansiedade.

Ao analisar tal questão sob a perspectiva do desenvolvimento feminino, observa-se que, além das dificuldades inerentes ao processo de construção e estabilização de uma autoimagem, ainda que transitória, diante de um corpo em constante transformação, a adolescente é confrontada com desafios adicionais que extrapolam o âmbito biológico e psicológico. No contexto da sociedade ocidental contemporânea, marcada pela globalização e pela intensa circulação de informações, a jovem encontra-se submetida a padrões e expectativas sociais que incidem diretamente sobre a forma como percebe e significa sua própria corporeidade.

Nesse cenário, a massiva influência dos meios de comunicação, potencializada pelas redes sociais digitais, exerce papel central na constituição de modelos idealizados de beleza e comportamento, frequentemente inatingíveis, mas amplamente disseminados como metas de realização pessoal e social. Tal imposição contribui para a intensificação de conflitos internos e para o aumento da vulnerabilidade emocional, uma vez que a adolescente, ao mesmo tempo em que vivencia profundas transformações físicas e psíquicas, é instada a corresponder a representações externas que moldam e normatizam sua identidade.

Conforme Ruffino (1993) assinala, as sociedades modernas tendem, progressivamente, a promover uma homogeneização dos comportamentos, processo que resulta na gradual perda das particularidades culturais próprias de cada grupo social. Esse fenômeno, intensificado pela globalização e pela expansão dos meios de comunicação de massa, conduz à padronização de práticas, valores e representações simbólicas, enfraquecendo as expressões identitárias específicas. Nesse sentido, tradições, costumes e modos de vida singulares são frequentemente substituídos por modelos universais de conduta, difundidos como referenciais hegemônicos de pertencimento e aceitação social.

Para além da ausência de suporte social adequado para enfrentar as transformações próprias da adolescência, as jovens são constantemente confrontadas com os modelos de beleza hegemônicos e com a supervalorização da aparência física, amplamente difundidos pelos meios de comunicação de massa. Esse cenário torna-se ainda mais preocupante quando esses padrões estéticos passam a ser internalizados como algo natural e inquestionável, incorporando-se à subjetividade sem reflexão crítica. Kehl (2001) observa que a intensidade com que as mensagens midiáticas incidem sobre as culturas é superior à capacidade de assimilação dos

sujeitos, o que conduz à incorporação direta do que é visto, sem a devida simbolização ou reelaboração.

Tais fatores contribuem para a formação de angústias relacionadas à autoimagem, à aceitação pelos pares e à afirmação da própria voz em um espaço social historicamente permeado por desigualdades de gênero. Dessa maneira, os desejos e aspirações que caracterizam a adolescência feminina não se limitam à busca por autonomia e pertencimento, mas estendem-se à procura por reconhecimento e legitimidade social, desafiando normas e expectativas que frequentemente impõem restrições assimétricas entre mulheres e homens (Kehl, 2004).

Na sociedade contemporânea, evidencia-se uma tendência a desconsiderar a subjetividade em favor da imagem, instaurando um verdadeiro culto narcísico ao corpo. Este, por sua vez, é reduzido a um objeto de consumo, no qual prevalece a lógica mercadológica que valoriza medidas corporais padronizadas e a magreza como ideal estético. Nesse contexto, sentimentos, pensamentos e processos criativos são frequentemente relegados a um segundo plano, enquanto a aparência física assume centralidade como critério de aceitação social. Assim, a adolescente, que já se encontra em um período de intensas mudanças biológicas e psicológicas, é exposta a modelos estéticos quase inatingíveis e, consequentemente, à frustração e ao sofrimento decorrentes da impossibilidade de corresponder plenamente a tais exigências.

Crianças e adolescentes constituem-se como sujeitos em processo de formação que são profundamente influenciados pelo ambiente no qual estão inseridos, sendo este capaz de impactar de maneira positiva ou negativa seu comportamento, a construção da identidade e o desenvolvimento psíquico. Todavia, embora o meio exerça papel fundamental na socialização e no estabelecimento de valores, normas e modelos de conduta, é necessário reconhecer que o comportamento humano não pode ser reduzido unicamente à influência do ambiente externo. Cada indivíduo carrega consigo características intrínsecas, de natureza inata, determinadas geneticamente e presentes desde antes do nascimento.

Diante desse contexto de interação entre fatores ambientais e predisposições inatas, é importante considerar que determinadas experiências extremas, como eventos traumáticos, podem exercer influência profunda e duradoura sobre o desenvolvimento emocional e psíquico do indivíduo. O trauma pode ser compreendido

como uma resposta psíquica desencadeada diante de eventos profundamente perturbadores ou angustiantes, os quais excedem a capacidade de enfrentamento e elaboração do indivíduo. Trata-se de uma experiência que rompe, de maneira abrupta, o equilíbrio emocional e os recursos internos de regulação, deixando o sujeito em estado de vulnerabilidade diante do impacto vivido. Nessa perspectiva, Giller (1999) define o trauma como a consequência direta da exposição a situações que ultrapassam os limites da tolerância emocional e da resiliência psíquica, comprometendo a habilidade do sujeito de responder adequadamente ao ocorrido e de restabelecer seu funcionamento interno.

Nesse contexto, os traumas vivenciados na infância constituem fatores determinantes para o desenvolvimento humano e para a saúde ao longo de toda a vida, uma vez que podem deixar marcas duradouras nos processos biológicos, emocionais e cognitivos do indivíduo. Essas experiências impactam significativamente a capacidade de adaptação, a regulação emocional e o estabelecimento de relações sociais, influenciando diferentes estágios do ciclo vital. Adicionalmente, avanços recentes no campo da epigenética têm evidenciado a importância das interações entre fatores ambientais e o genoma na modulação da expressão gênica, demonstrando como experiências precoces, inclusive traumáticas, podem repercutir de forma duradoura sobre a saúde física e mental do indivíduo (Papalia et al., 2013).

Diante do exposto, a adolescência revela-se como um período de extrema complexidade, no qual as dimensões biológicas, psicológicas e sociais se entrelaçam em um processo dinâmico de crescimento e amadurecimento. As transformações corporais e hormonais, ao mesmo tempo em que possibilitam a maturação sexual e a preparação para a vida adulta, repercutem diretamente na constituição da subjetividade e na forma como o adolescente se reconhece e se posiciona diante do mundo. Paralelamente, as mudanças emocionais e identitárias demandam do sujeito a elaboração de novos referenciais simbólicos, a redefinição das relações interpessoais e a busca por espaços de pertencimento social.

Logo, a adolescência deve ser compreendida não apenas como um período de instabilidade ou de conflitos, mas também como uma etapa fundamental na estruturação da trajetória individual, na qual se consolidam os fundamentos da identidade pessoal e social.

## 3 ALICE NO ESPELHO: SUBJETIVIDADES

A análise da obra *Alice no Espelho*, de Laura Bergallo, constitui-se como eixo central deste capítulo, no qual se pretende examinar de que modo a narrativa literária juvenil se articula às questões de identidade, subjetividade e resistência frente à imposição de padrões estéticos hegemônicos. O romance, ao reconfigurar a metáfora do espelho originalmente explorada por Lewis Carroll, estabelece um espaço simbólico em que a protagonista é desafiada a confrontar sua autoimagem e as normas sociais internalizadas.

Neste percurso analítico, busca-se compreender como a travessia do espelho, vivenciada pela personagem Alice, não se limita a uma aventura fantástica, mas se apresenta como um verdadeiro rito de passagem, cuja dinâmica de separação, liminaridade e reintegração, tal como formulada por Van Gennep (2011), permite examinar os processos de desestruturação e (re)construção identitária. Trata-se, portanto, de uma narrativa que, ao mesmo tempo em que tematiza o sofrimento psíquico associado a distúrbios alimentares e à pressão estética, projeta a possibilidade de emancipação subjetiva por meio da revisão crítica das normas sociais e da valorização da singularidade.

A análise empreendida neste capítulo enfatiza, ainda, o modo como Bergallo representa os mecanismos de poder que disciplinam e controlam os corpos, em consonância com os conceitos de vigilância e biopolítica delineados por Michel Foucault (1987). O espelho, nesse contexto, deixa de ser mero objeto de reflexão para configurar-se como dispositivo disciplinar, através do qual a protagonista experimenta tanto a opressão das normas estéticas quanto a possibilidade de ressignificação de sua identidade. A partir dessa tensão, observa-se como a literatura juvenil, ao abordar temáticas socialmente relevantes e frequentemente silenciadas, constitui-se em um espaço de denúncia, resistência e produção de subjetividades críticas.

O capítulo se estrutura em torno do simbolismo do espelho e de suas implicações para a construção da identidade da protagonista. Inicialmente, analisa-se a travessia do espelho como um movimento de ruptura com a realidade cotidiana, representando um espaço liminar de confronto consigo mesma e de introspecção. Em seguida, investiga-se o processo de elaboração subjetiva de Alice, evidenciando a emergência de uma nova narrativa identitária que valoriza a diversidade, a autonomia e a singularidade do sujeito. O estudo também destaca a crítica presente na obra em

relação aos ícones de beleza e aos modelos sociais hegemônicos, evidenciando como a literatura juvenil questiona a superficialidade das normas impostas e provoca reflexões éticas, estéticas e sociais. Por fim, discute-se a função pedagógica e social da narrativa, enfatizando o papel da literatura juvenil como instrumento de formação crítica.

## 3.1 TRILHANDO O CAMINHO DO OUTRO LADO DO ESPELHO

A obra de Bergallo elabora uma profunda reinterpretação da metáfora do espelho, transcendendo a fantasia original de Lewis Carroll para configurar um portal simbólico de imersão na subjetividade. A travessia do espelho por Alice, na narrativa de Bergallo, não é apenas um escape ou uma aventura, mas um rito de passagem que culmina na ruptura com as imposições da lógica do mundo “real”, revelando um espaço de intenso confronto interno. A protagonista é impelida a encarar sua própria imagem e suas construções internas para, finalmente, iniciar um processo de transformação autêntica.

Na perspectiva de Gennep (2011), os ritos de passagem marcam a transição de um indivíduo de um estado para outro, envolvendo fases de separação, margem ou liminaridade e reintegração. Na obra de Bergallo, o espelho desempenha um papel simbólico central, constituindo-se como o limiar do processo de transformação subjetiva da protagonista. Sua função ultrapassa a de mero objeto cotidiano, pois assume a dimensão de fronteira entre dois mundos: o da conformidade às normas sociais e o da possibilidade de reconstrução identitária.

A obra transcende a tradicional fantasia de Lewis Carroll, ressignificando a metáfora do espelho como um portal simbólico para a imersão na subjetividade. A travessia do espelho pela protagonista Alice é configurada como um rito de passagem, um limiar central para um processo de profunda introspecção e transformação. A fase inaugural desse rito é marcada pela separação simbólica de Alice de sua percepção prévia, dissociada e distorcida, intrinsecamente moldada pelas expectativas sociais e pela denominada ditadura da estética.

Neste estágio inicial, Alice se encontra em um estado de profunda dissociação da autoimagem. Apesar de sua família a descrever como “magra”, a protagonista percebe-se de forma antagônica e compulsiva ao se observar no espelho: “Dá uma olhadinha no espelho e faz uma careta horrível: está gorda, gorda, gorda! Pega no

armário a escova de dentes [...]" (Bergallo, 2006, p. 26). Essa percepção interna de inadequação é exacerbada pela vigilância incessante sobre seu corpo e pela comparação com ideais inatingíveis. A mídia, através de publicações como "*Beleza e Leveza*" (p.19), dissemina uma estética padronizada que Alice internaliza de forma obsessiva. As revistas, com a "deusa Mirna Lee" (p.19) como paradigma de beleza, tornam-se um manual de conduta para a "transformação":

> Uma pilha de revistas de papel brilhante, muito coloridas, está espalhada sobre o lençol. Na capa de uma delas, uma garota de olhos apertados (parecendo que se esforça para enxergar melhor) envolve seus braços compridos um enorme ramo de flores. Sobre o corpo, um vestido quase invisível deixa entrever as pernas intermináveis enquanto os cabelos voam ao vento. Um pouco abaixo do nome da revista (Beleza e Leveza), a explicação que procuramos em forma de manchete: "A deusa Mirna Lee dá a receita do sucesso" (Bergallo, 2006, p. 19).

Essa ditadura da estética é tão internalizada que o próprio espelho de Alice deixa de ser um objeto neutro de reflexão e se torna um instrumento de autovigilância e cobrança. Ele parece personificar a voz internalizada da insatisfação e da conformidade estética exigida, ao "reclamar" da imagem refletida de uma "garota magricela" (p.16). A busca por se adequar a esse ideal de "*beleza e leveza*" (p.19) é apresentada como a chave para a felicidade, levando Alice a uma espiral de comportamentos autodestrutivos, como dietas obsessivas e episódios de compulsão alimentar seguidos por vômitos compulsivos. A angústia gerada pela discrepância entre a imagem real e o ideal internalizado culmina em manifestações físicas e emocionais do seu sofrimento psicológico:

> O pote de sorvete agora está vazio. E a barriga de Alice, completamente cheia. Um peso horrível toma conta de to-do o seu corpo. A cabeça dói, o estômago dói mais do que antes, e ela corre para o banheiro. Aí acontece aquilo que a gente já sabe: Alice vomita, vomita, vomita. A culpa por ter comido feito doida vai saindo com o vômito, o peso horrível vai diminuindo, só a cabeça não para de doer (Bergallo, 2006, p. 50).

É neste ponto de máxima fragilidade e desespero, marcado pela exaustão física e emocional, que a decisão de atravessar o espelho surge como um ato de desespero e um marco de separação de seu estado anterior. Em um momento de profunda vulnerabilidade, Alice concebe a travessia como um meio de escape das imposições

do seu ‘mundo real”. A narrativa descreve este instante como um limiar, um ponto de não retorno, no qual a fantasia assume a função de refúgio e espaço de reconstrução identitária:

> Levanta do chão e fica em pé na frente do espelho emoldurado. Nele vê uma garota gordona olhando para ela feito pateta (quem seria?). Atrás dela, um quarto igualzinho, só que com tudo em posição invertida. E resolve fazer de conta, como a outra Alice (a do país das maravilhas), que o espelho de repente ficou todo macio e é possível atravessar para o outro lado (Bergallo, 2006, p. 52).

Essa passagem evidencia a dimensão imaginativa e simbólica do ato, reforçando a função do espelho como mediador de uma transformação psíquica e emocional, permitindo à jovem experienciar a suspensão temporária das convenções do seu cotidiano e o início de um percurso de autoconhecimento e reconstrução de sua identidade. A travessia, portanto, não se configura apenas como fuga, mas como marco inaugural de um processo de reflexão crítica sobre si mesma e sobre as normas sociais que regem a percepção de seu corpo, o início formal do rito de passagem de Alice, um ato de ruptura com seu cotidiano sufocante e a entrada em um espaço onde as convenções e as imposições estéticas são, paradoxalmente, suspensas e confrontadas, inaugurando uma jornada de autodescoberta.

O espelho transcende sua função meramente reflexiva, configurando-se como um território liminar, um verdadeiro entre-lugar pelo qual a protagonista Alice se lança para vivenciar um processo de desestruturação e subsequente (re)construção de sua identidade. Este espaço situado “do outro lado” (Bergallo, 2006, p. 51) atua como palco privilegiado em que as percepções distorcidas da realidade e da própria autoimagem são confrontadas, permitindo à jovem experimentar uma suspensão das normas sociais e das expectativas estéticas que moldam seu cotidiano.

Ao adentrar o universo especular, Alice depara-se com Ecila, sua imagem invertida e corporalmente antagônica, descrita de forma explícita como uma versão “gordona” de si mesma (Bergallo, 2006, p. 52). Ecila encarna a dimensão de Alice que havia sido negada, reprimida e silenciada sob a pressão da ditadura da estética, tornando-se uma representação da alteridade radical e da resistência às imposições de conformidade social. Nesse sentido, a personagem simboliza a recusa ao padrão de beleza hegemônico e evidencia as marcas dolorosas deixadas por tais normas sobre a subjetividade da protagonista.

O encontro inicial entre Alice e sua contraparte é permeado pelo estranhamento e pelo reconhecimento da diferença, momento que revela a tensão entre a imagem internalizada e a imagem reprimida do eu. Bergallo (2006, p. 53) descreve:

> Da um tempo na confusão dos pensamentos e olha em volta com curiosidade. O outro lado do espelho e bem parecido com o seu próprio quarto. Mas par onde anda a garota balofa que estava lá dentro? Sente que alguém se aproxima por trás e então se vira para ver quem é. Lá está ela, a garota gorda, tão gorda, coitada! (Bergallo, 2006, p. 53).

Esse instante inicial de reconhecimento dá lugar a uma aproximação marcada pelo potencial de vínculo e acolhimento, evidenciando o caráter dialógico da relação entre a protagonista e sua alteridade:

> – Oi – responde a outra, abrindo um sorriso na cara redonda. – Seja bem-vinda ao mundo do espelho. Eu estava mesmo esperando por você.
> – Ah, é? E para quê?
> – Acho que podemos ser amigas. Vem comigo.
> A gordona estende a mão para Alice, que, sem saber direito por quê, também dá a mão para ela. Repara que, na outra mão, a garota carrega uma pequena mala (Bergallo, 2006, p. 53).

A interação entre Alice e Ecila, simbolicamente carregando uma pequena mala, representa a possibilidade de Alice confrontar e integrar aspectos de si mesma que foram historicamente reprimidos, evidenciando a necessidade de uma reconciliação com a própria corporeidade e identidade, ao mesmo tempo em que sublinha a função da literatura juvenil como instrumento de reflexão sobre padrões estéticos, construção identitária e emancipação subjetiva.

Este espaço liminar é densamente povoado por figuras ambíguas que ora reproduzem a lógica da padronização e da “clonagem”, ora representam a resistência a essa imposição. Exemplos paradigmáticos são Mirna Lee e Tiago, seu suposto “gêmeo”, cujas aparições chocam Alice ao contradizer suas expectativas e crenças sobre esses ícones da beleza e do sucesso. Alice, que consumia obsessivamente revistas que apresentavam “A deusa Mirna Lee” (p.19) como “a receita do sucesso” (p.19), é confrontada com a artificialidade desses ideais:

> Quem é você? – pergunta, curiosa.
> Porém, antes que a outra responda, Alice vê uma coisa que a deixa

> mais espantada ainda. Caminhando de mãos dadas, um casal de namorados vai se aproximando, até que ela tem certeza de que conhece os dois. Eles param perto delas, olham contentes um para o outro e começam a se beijar com a maior vontade.
> "Não é possível!", pensa Alice, muito chocada. "Eu não posso estar vendo isso. Devo estar louca, fiquei louca de tanto vomitar!"
> Mas se chegarmos perto, veremos exatamente a mesma cena. Uma coisa muito estranha, muito improvável, mas bem real: Tiago e Mirna Lee trocando um beijo daqueles! (Bergallo, 2006, p. 55).

Em contraposição à tendência de homogeneização observada no mundo espelhado, sobressai a figura do pai de Ecila, banido por exercer o direito de ser diferente. A narrativa da obra de Bergallo enfatiza o exílio desse personagem como um elemento crítico à padronização e à supressão da individualidade, destacando a tensão entre conformidade social e singularidade pessoal. A descrição dos demais habitantes do espaço do espelho reforça essa crítica:

> Seu pai não sabe nada e você entende menos ainda! – uma voz grossa e autoritária ressoa inesperadamente pelo quarto.
> Quatro homens acabam de chegar, acompanhados de tia Ana e da mãe da gorda. Uma cena no mínimo curiosa: três homens iguaizinhos entre si e outro que é a cara do atendente da lanchonete onde Ecila comeu o cachorro-quente. Isso para não falar das duas mulheres, cópias perfeitas uma da outra. Todos lindos, é verdade. Embora bem zangados.
> "Como Ecila sabe quem é quem?", pergunta-se Alice. E, na mesma hora, lembra-se do rosto do próprio pai (meio apagado pela poeira do tempo) e do personagem-ovo Humpty Dumpty, que disse para a Alice do país das maravilhas que não a reconheceria se eles se encontrassem: *"Você é tão exatamente igual às outras pessoas, seu rosto é igual ao de todo mundo; dois olhos, nariz no meio, boca embaixo… É sempre a mesma coisa"* (Bergallo, 2006, p. 82).

Nesse episódio, Bergallo evidencia de forma contundente como a uniformização social ameaça a construção identitária, impondo modelos e expectativas rígidas que suprimem a singularidade do indivíduo. A situação do pai de Ecila, exilado por não se submeter às normas impostas, contrapõe-se à conformidade dos demais habitantes, ilustrando de maneira simbólica o conflito entre identidade própria e padrões externos. Além disso, a narrativa estabelece uma intertextualidade com a obra *Alice no País das Maravilhas*, ao lembrar que a individualidade se torna difícil de reconhecer em um contexto social que privilegia a repetição e a homogeneidade, reforçando a crítica à ditadura da estética e à padronização que permeia o cotidiano da protagonista.

Os encontros e diálogos com Ecila impõem a Alice um processo de reflexão crítica acerca da construção artificial das identidades, moldadas pelo olhar social e pelos parâmetros hegemônicos de beleza. A narrativa a confronta com a promessa ilusória de felicidade, reconhecimento e sucesso, frequentemente condicionada à adesão a tais padrões estéticos, evidenciando a pressão normativa que regula corpos e subjetividades. Bergallo ressalta, dessa forma, a natureza coercitiva dessa imposição social, ao mesmo tempo em que sugere a possibilidade de resistência e ressignificação da identidade, permitindo que a protagonista questione os valores internalizados e reconstrua sua própria percepção de si mesma de maneira mais autônoma e plural.

Assim, o espaço situado “do lado de lá” do espelho (Bergallo, 2006, p. 51) assume a função de catalisador para o processo de desconstrução da autoimagem internalizada de Alice. Trata-se de um território liminar que propicia o confronto entre as percepções distorcidas sobre o corpo e as expectativas sociais que historicamente moldaram sua subjetividade. Nesse ambiente, a protagonista é instigada a revisar e ressignificar os padrões estéticos impostos, promovendo uma reflexão crítica sobre a própria corporeidade e identidade. Essa experiência liminar configura-se, portanto, como um espaço simbólico de experimentação, no qual Alice inicia uma trajetória de autoconhecimento, aceitação pessoal e construção de uma identidade mais autêntica, emancipada das pressões externas e das normativas culturais que restringem a singularidade do indivíduo.

A fase de reintegração identitária em configura-se como o ápice do percurso da protagonista, na qual Alice emerge dos confrontos do universo especular com uma percepção substancialmente redefinida de si mesma e do mundo. Este estágio não apenas marca o fim de uma jornada de autodescoberta, mas o início de uma vivência pautada pela autonomia e pela rejeição veemente à vigilância e às imposições estéticas e sociais externas. Um momento crucial que ilustra essa emancipação é a declaração inequívoca de Alice, que estabelece os limites de sua soberania corporal e decisória: “Alice já está decidida: não vai mais a nenhum médico e ninguém vai obrigá-la a fazer exames ou a tomar remédios. Afinal, é ela a dona de seu próprio corpo” (Bergallo, 2006, p. 39).

Essa declaração emerge como um verdadeiro manifesto de autodeterminação, sinalizando a transição de uma identidade anteriormente moldada pelas expectativas externas para uma consciência de si construída a partir da experiência vivida e da

resistência pessoal. Trata-se de um marco de emancipação subjetiva, no qual Alice recusa a medicalização de seu corpo e se posiciona contra a imposição de tratamentos e normas estéticas ditadas por uma sociedade orientada pelo culto à padronização.

A culminância desse processo é manifesta no epílogo da obra, significativamente intitulado *Epílogo ou Alice por ela mesma*. Este título, por si só, é um ato de apropriação narrativa, em que Alice assume a autoria de sua própria história e, consequentemente, de sua identidade. No início deste epílogo, Alice compartilha sua experiência, reconhecendo publicamente sua luta e a importância de sua narrativa para outros:

> Oi, gente! Meu nome é Alice, faço parte do grupo terapêutico do doutor Eduardo Hofman. Estou deixando meu depoimento no site do doutor Eduardo a pedido dele próprio, que acha que os depoimentos das pessoas que estão passando por problemas como anorexia e bulimia podem ajudar muita gente a reconhecer a doença e procurar ajuda. Assim, deixo aqui a minha história, com tantas outras histórias de sofrimento e de luta que também podem ser lidas neste site (Bergallo, 2006, p. 155).

Nesse depoimento, Alice além de reconhecer abertamente sua condição de ter enfrentado a anorexia e a bulimia, sublinha a importância de transcender as superficialidades da aparência. A protagonista, agora dotada de uma perspectiva mais profunda sobre o valor intrínseco do ser, declara que “dar valor ao que realmente vale. Ver nas pessoas, como nas rosas, a beleza que existe nas diferenças” (Bergallo, 2006, p. 158). Essa nova compreensão reflete um deslocamento paradigmático de valores, onde a singularidade e a diversidade são elevadas à categoria de beleza genuína, em oposição à padronização exaustiva.

A jornada de Alice, portanto, a conduz a um imperativo de cura e libertação:

> Estou curando da bulimia e da anorexia. Mas a batalha pelo meu equilíbrio tem que ser diária. Preciso curar as minhas feridas e romper com os padrões estéticos que infernizam a minha cabeça. Dar valor ao que realmente vale. Ver nas pessoas, como nas rosas, a beleza que existe nas diferenças. Porque, mesmo não mais acreditando no país das maravilhas, é preciso acreditar que é possível ser feliz (Bergallo, 2006, p. 158).

Essa afirmação final consolida a ideia de que a reintegração não é apenas um

retorno ao "normal", mas uma transformação radical que permite a Alice curar as feridas e romper com os padrões estéticos que infernizam a sua cabeça. Desse modo, a obra de Laura Bergallo, através da experiência de Alice, expõe a falácia da promessa ilusória de transformação mediante a conformidade aos padrões estéticos, e propõe, em vez disso, uma reintegração baseada na aceitação da alteridade e na valorização da essência individual.

A travessia de Alice pelo mundo do espelho configura-se como um processo intrínseco de elaboração e construção de sua identidade narrativa, conceito central na teoria de Paul Ricoeur (1991), que entende a identidade não como uma essência fixa, mas como um contínuo exercício de autointerpretação e de reconstrução do self por meio da narração de sua própria história. Nesse percurso, cada experiência, conflito e reflexão vivenciados por Alice contribuem para a reorganização de sua compreensão sobre si mesma, permitindo-lhe integrar memórias, sentimentos e percepções em uma narrativa coerente que articula passado, presente e expectativas futuras. O mundo espelhado, ao desafiar as convenções sociais e os padrões estéticos internalizados, atua como catalisador dessa reconstrução, possibilitando à protagonista o desenvolvimento de uma consciência crítica sobre sua própria identidade e autonomia sobre sua corporeidade e subjetividade.

No estágio inicial de sua trajetória, a narrativa que Alice constrói acerca de si mesma apresenta-se fragmentada e externalizada, orientada por prescrições sociais e padrões midiáticos que definem um modelo de sucesso e beleza a ser seguido. Nesse contexto, a protagonista busca uma “transformação” que lhe permita adequar-se a um ideal normativo imposto externamente, nutrindo a crença de que a felicidade e a aceitação social dependem da conformidade a tais padrões. As práticas de restrição alimentar e os episódios de compulsão, que atravessam sua experiência cotidiana, manifestam-se, portanto, como expressões de uma identidade subjugada, marcada pela internalização de ideais inalcançáveis e pela tensão entre o desejo de pertencimento social e a percepção de inadequação pessoal.

O encontro com Ecila, no universo do espelho, constitui um momento decisivo que desafia diretamente a narrativa de identidade previamente internalizada por Alice. Ecila, como a representação invertida da protagonista, emerge como um “outro” que questiona a adesão acrítica a padrões uniformizantes, evidenciando a perda da singularidade e da autonomia subjetiva que resulta da conformidade social. A figura do pai de Ecila, exilado por exercer plenamente o direito de ser diferente, funciona

como contraponto dramático à norma dominante, oferecendo à protagonista uma referência concreta de resistência à homogeneização. Dessa maneira, a interação com esses personagens força Alice a confrontar a superficialidade de uma transformação pautada exclusivamente em modelos externos, revelando a necessidade de reconstruir sua identidade a partir de critérios internos de autenticidade e pertencimento.

O ponto culminante do processo de redefinição da identidade narrativa de Alice manifesta-se no epílogo da obra, intitulado *Epílogo ou Alice por ela mesma* (Bergallo, 2006, p. 153), momento em que a protagonista assume plena autoria de sua própria trajetória. Nesse estágio, Alice rompe com a busca incessante por um corpo idealizado e com a concepção de felicidade pautada na conformidade a padrões estéticos externos. Ao invés disso, ela constrói uma narrativa de aceitação de si mesma, consolidando uma identidade que se sustenta na autonomia, na valorização de suas particularidades e na resistência às imposições sociais. Essa apropriação da própria história evidencia não apenas a superação das pressões externas, mas também a emergência de um self reconstruído e alinhado com seus valores e experiências subjetivas.

A obra de Bergallo proporciona uma reflexão aprofundada sobre os mecanismos de poder e vigilância delineados por Michel Foucault (1987), sobretudo no que concerne à disciplinarização dos corpos e à formação das subjetividades. Nesse contexto, a denominada “ditadura estética” evidencia-se como um aparato de poder que produz e regula comportamentos, promovendo a conformidade e a homogeneização das identidades. Trata-se de um sistema que impõe padrões rígidos de magreza e de beleza idealizada, amplamente disseminados pelos meios de comunicação de massa e, subsequentemente, internalizados pelos indivíduos. Esse processo de normatização condiciona a percepção do corpo, além de intervir na construção da autoimagem, induzindo sentimentos de inadequação e fomentando a vigilância contínua sobre si mesmo, conforme articulado nos conceitos foucaultianos de poder disciplinar e biopolítica.

Nesse contexto, o espelho deixa de ser um objeto de autorreflexão neutra e se torna um instrumento de autovigilância e disciplina. Alice se monitora constantemente, comparando-se com o ideal inatingível. A imagem que o espelho lhe devolve funciona como um olhar disciplinar internalizado. Esse olhar a impulsiona a comportamentos auto-punitivos, como dietas obsessivas – “Uma dieta para o sucesso”, (p. 19) –

exercícios extremos – “Duas aeróbicas seguidas e agora vai fazer spinning?” (p. 29) –, e vômitos compulsivos. A família, mesmo que com a intenção de ajudar, também opera como um agente desse poder disciplinar, buscando "normalizar" o corpo de Alice, ora forçando-a a comer, ora a levando a médicos para tratar sua magreza excessiva. A mãe, por exemplo, sugere que Alice precisa comer melhor.

A figura do pai de Ecila, preso por abusar do direito de ser diferente, é uma metáfora poderosa da penalização daqueles que resistem à normatização. A sociedade, através de seus dispositivos de poder (mídia, dietas, padrões de beleza), busca moldar corpos e mentes para a conformidade. No entanto, Alice, ao longo de sua jornada através do espelho, inicia um movimento de resistência e agência. Sua crescente recusa em se submeter a tratamentos ou a “voltar” para a transformação demonstra uma luta pela autonomia sobre seu próprio corpo e sua identidade, um ato de transgressão contra o poder que busca controlar sua subjetividade.

Dessa forma, a narrativa de Bergallo não se limita à denúncia dos mecanismos de poder e da imposição de normas estéticas, mas também evidencia o potencial de resistência frente a tais dispositivos. Ao narrar a trajetória de Alice, o texto revela a possibilidade de construção de uma subjetividade autônoma, na qual o sujeito se apropria de sua própria narrativa e estabelece critérios internos de valor e reconhecimento. Essa subjetividade emancipada tanto desafia a padronização e a vigilância social, quanto valoriza a diversidade e celebra a singularidade, enfatizando a importância de reconhecer a beleza nas diferenças como elemento constitutivo da identidade e da autonomia pessoal.

Ao ressignificar o espelho como um portal ativo para o autoconhecimento, a obra explora a jornada de Alice como um rito de passagem rumo à aceitação de si mesma. Utilizando o espelho como um catalisador de confronto interno, a narrativa desvela as camadas da identidade da protagonista, imersa em um cenário onde os ideais de beleza são impostos como dispositivos de poder. A obra é um convite à reflexão sobre a libertação das amarras da conformidade e a celebração da individualidade, ressoando com as críticas à ditadura da estética e à busca pela autenticidade.

## 3.2 A SUBJETIVIDADE EM *ALICE NO ESPELHO*

A narrativa de Laura Bergallo penetra de maneira profunda na interioridade de Alice, revelando uma subjetividade fortemente marcada pelo sofrimento, pela constante comparação social e por uma intensa sensação de inadequação diante dos padrões hegemônicos de beleza impostos pela sociedade contemporânea. Ao longo do romance, a construção da psique da protagonista é articulada a partir de suas angústias mais íntimas, evidenciando a interdependência indissociável entre corporeidade e identidade. Dessa maneira, a obra retrata as tensões entre o corpo e a percepção de si, além de explorar a formação da subjetividade como processo complexo, atravessado por pressões externas e conflitos internos.

Alice vai além da simples percepção de si mesma como uma adolescente com suposto excesso de peso; ela se sente profundamente deslocada, aprisionada em um espelho que não se limita a refletir sua imagem, mas que constantemente a confronta e oprime. Esse reflexo não é neutro, mas carregado de julgamentos internalizados, produzindo uma percepção corporal distorcida e angustiante. A percepção distorcida de seu corpo é visceralmente expressa no próprio texto: “Dá uma olhadinha no espelho e faz uma careta horrível: está gorda, gorda, gorda! [...]” (Bergallo, 2006, p. 26). A cena evidencia a intensidade da internalização das normas estéticas e a forma como o corpo da protagonista se converte em um campo de batalha entre imposições sociais e sua própria identidade, tornando-se um espaço de sofrimento e tensionamento subjetivo.

Mais do que isso, transcende sua função de simples objeto refletor e assume características de algoz, funcionando como instrumento de autovigilância e cobrança internaizada. Ao ser personificado, o espelho passa a emitir julgamentos que reforçam a pressão estética sobre Alice, transformando-se em um agente simbólico que intensifica a tensão entre o corpo e a identidade da protagonista. Como descreve a narrativa:

> O espelho (grande e emoldurado, pregado na parede em frente à cama) não parece concordar, mas geralmente (como sabemos) espelhos não têm direito a opinião própria. A imagem que ele reflete é de uma garota magricela, quase sem bunda, os peitos pequenininhos e os cabelos compridos e lisos, que reclama:
> - Linda mesmo é a Mirna Lee... Mas nunca vou parecer com ela (Bergallo, 2006, p. 16).

Essa representação evidencia a opressão simbólica exercida pelo ideal de beleza hegemônico, bem como o sentimento de inadequação que permeia a subjetividade de Alice, marcada por um conflito contínuo entre a percepção do próprio corpo e as exigências normativas da sociedade. A tensão instaurada pelo espelho revela a internalização de padrões externos e o sofrimento decorrente da impossibilidade de corresponder a tais expectativas, configurando um espaço de intensa negociação identitária. Essa imagem opressora e o sentimento de não caber no próprio corpo evidenciam uma subjetividade em constante conflito.

Sob à perspectiva dos Estudos Culturais, Stuart Hall (2006) propõe uma concepção de identidade que rompe com a noção essencialista e estática tradicionalmente atribuída ao sujeito. Para o autor, a identidade não deve ser entendida como uma essência fixa, imutável ou plenamente definida, mas como um processo dinâmico, permanentemente inacabado e em constante reelaboração. Trata-se de uma construção marcada pela diferença e pela fragmentação, que se constitui sempre em relação ao outro e em diálogo com múltiplos contextos discursivos e históricos.

Nesse sentido, a identidade está sujeita a deslocamentos, ressignificações e reconfigurações contínuas, uma vez que é atravessada por transformações de ordem social, cultural, política e tecnológica. Assim, compreender a identidade implica reconhecê-la como uma instância fluida, instável e relacional, cujas formas de expressão se reconstroem continuamente em função das mudanças e desafios que emergem no cenário contemporâneo.

Nesse contexto, a experiência de Alice ilustra de forma contundente essa concepção dinâmica de identidade. Seus pensamentos, percepções e desejos refletem uma subjetividade atravessada por múltiplas tensões, marcada por uma sensação persistente de inadequação e pelo conflito entre as expectativas externas e a percepção interna de si mesma. A protagonista evidencia, assim, como a construção do self é um processo permeado por fragmentações e negociações contínuas, em que as imposições sociais e os padrões normativos de beleza interagem com suas experiências individuais, configurando uma identidade em constante reavaliação.

Hall (2006) enfatiza que a identidade deve ser compreendida como um constructo historicamente situado, e não como uma característica biológica ou imutável. O sujeito, nesse contexto, adquire diferentes identidades ao longo de sua

trajetória, moldadas pelas experiências sociais, culturais e históricas de cada momento, de modo que não se constitui em torno de um “eu coerente” e estável. A ideia de uma identidade completamente unificada, segura e integral, portanto, configura-se como uma construção idealizada e irreal. A trajetória de Alice no romance exemplifica de forma veemente essa perspectiva, evidenciando como a subjetividade se manifesta de maneira fragmentada, atravessada por múltiplas tensões entre expectativas externas e autopercepções, revelando a complexidade e a fluidez inerentes à construção do *self*.

Complementarmente, Zygmunt Bauman (2005) destaca que, no contexto da modernidade líquida, as identidades não podem ser concebidas como entidades fixas ou permanentemente estáveis, mas como construções flutuantes, móveis e marcadas pela precariedade. Nesse cenário, a identidade se configura como uma espécie de “celebração móvel”, permanentemente constituída e transformada pelas múltiplas representações culturais que circulam no espaço social. Essa fluidez, embora revele a multiplicidade de possibilidades identitárias, também carrega consigo uma dimensão angustiante, uma vez que o sujeito raramente encontra um estado de plena estabilidade ou reconhecimento.

A personagem Alice ilustra de modo expressivo essa experiência: ela nunca se sente totalmente confortável em seu próprio corpo, sendo atravessada por um sentimento persistente de insuficiência e de não pertencimento. Essa condição evidencia as incertezas e fragilidades existenciais próprias da transição entre uma modernidade sólida, marcada por referenciais relativamente estáveis, e uma modernidade fluida, em que tanto as estruturas sociais quanto as individuais se tornam instáveis, mutáveis e fragmentárias, como um líquido que jamais preserva sua forma original.

A construção subjetiva de Alice é intrinsecamente atravessada por influências familiares e sociais. A ausência paterna, embora não explicitamente detalhada em suas repercussões diretas sobre a imagem corporal, abre um vazio de referência masculina. Em contrapartida, a mãe e a avó, sob a justificativa do cuidado e da preocupação com a saúde de Alice, reforçam padrões normativos que se manifestam como uma forma de violência simbólica, conforme a conceituação de Pierre Bourdieu (1989). Essa dominação, quase invisível e inscrita nas práticas cotidianas, leva à assimilação de normas como se fossem naturais.

As insistentes tentativas de medicalização e de condução de Alice a um peso

considerado "adequado" revelam de forma contundente a pressão social e familiar para conformidade a padrões normativos de saúde e aparência. A intervenção de familiares, mesmo movida por preocupação, evidencia uma percepção da adolescente como objeto a ser regulado, em vez de sujeito com agência sobre seu próprio corpo e decisões. Bergallo (2006) ilustra essa dinâmica:

> O clima fica péssimo. Vemos que a mãe e a avó estão totalmente perturbadas. Como entender que aquela menina querida, que elas criaram com todo o amor do mundo, tem um desequilíbrio mental tão grave que precisa de um psiquiatra? Não, deve haver algum engano, elas imaginam.
> - O senhor acha mesmo necessário? – insiste Elisa, achando difícil acreditar (Bergallo, 2006, p. 38).

Além disso, as tentativas de controle alimentar, embora pautadas pela preocupação com o bem-estar de Alice, reforçam a vigilância sobre seu corpo e a internalização de padrões externos:

> A mãe resolveu concordar. Pelo menos em parte.
> - Você tem razão, mamãe. Alice precisa comer melhor. Virou-se para a filha:
> - Por hoje passa, hein, Alice, que você comeu os tais sanduíches. Mas não quero você comendo porcaria na escola antes do almoço. Sanduíches não substituem uma refeição saudável. E engordam, ainda por cima.
> Alice concordou, aliviada. Do almoço ela tinha se livrado (Bergallo, 2006, p. 21).

Essa pressão social para a conformidade corporal e comportamental pode ser compreendida à luz da perspectiva de Bourdieu (2012), que identifica a dominação exercida por meios essencialmente simbólicos. Tal dominação opera não apenas por imposições explícitas, mas sobretudo por vias sutis relacionadas à comunicação, ao conhecimento e ao reconhecimento social. Em última instância, ela se manifesta também através das experiências afetivas e dos sentimentos internalizados pelos indivíduos, moldando suas percepções, escolhas e comportamentos de forma quase imperceptível, mas profundamente estruturante.

A pressão pela conformidade aos padrões estéticos é intensificada pela figura midiática de Mirna Lee, que se apresenta como o arquétipo da beleza magra, glamourosa e socialmente valorizada. Essa personagem funciona como um padrão idealizado e inatingível, representando, na percepção de Alice, tudo aquilo que ela

não é e não pode ser. As publicações, como a revista "*Beleza e Leveza*" (Bergallo, 2006, p. 19), consolidam essa construção, promovendo Mirna Lee como "a receita do sucesso" e reforçando a internalização de normas estéticas rígidas e universalizadas. A relação obsessiva de Alice com essas imagens evidencia a profundidade do impacto social e simbólico da mídia sobre a construção da autoimagem, como se suas páginas funcionassem tanto como referência de estilo, quanto como mediadoras de uma autoridade normativa capaz de regular desejos, comportamentos e percepções sobre o próprio corpo.

> Felicidade, o que é mesmo? Ser linda, jovem e magra, eis o que é. Alice continua a virar as páginas de *Beleza e Leveza* com gestos automáticos. Próxima parada: "Conheça os segredos dos tops". Ela percorre as páginas coloridas e admira as *top models*: todas lindas, jovens e magras. Felizes, portanto (Bergallo, 2006, p. 20).

Essa imposição externa, aliada à percepção de incapacidade de Alice em atingir os padrões de beleza veiculados pela mídia e pela sociedade, provoca uma ferida narcísica profunda, marcada por sofrimento emocional e sensação constante de inadequação corporal. A experiência subjetiva de Alice revela-se, assim, como um território conflituoso, onde pressões sociais internalizadas e exigências pessoais se entrelaçam, configurando uma identidade permeada por frustração e autojulgamento. Nesse contexto, os comportamentos autodestrutivos, como as compulsões alimentares e os episódios de vômito, emergem como manifestações tangíveis desse conflito interno, evidenciando o impacto da internalização de normas externas sobre a constituição de seu self e a construção de sua autoimagem.

Bergallo apresenta uma narrativa que permite um estudo detalhado da subjetividade de Alice, evidenciando como a construção do self é atravessada por múltiplas tensões sociais, culturais e familiares. A protagonista não apenas internaliza os padrões estéticos hegemônicos, mas vivencia o sofrimento resultante da impossibilidade de se conformar a ideais inatingíveis, tornando seu corpo e sua identidade campos de conflito constante. O espelho, como objeto central da narrativa, simboliza essa opressão internalizada, funcionando simultaneamente como instrumento de autovigilância e catalisador da percepção distorcida de si mesma.

Ao mesmo tempo, a obra demonstra como a identidade se constitui como um processo dinâmico e fragmentado, conforme postulam Hall (2006) e Bauman (2005), em que a experiência subjetiva é historicamente situada, fluida e permeada por

pressões externas e autoexigências. As tentativas de controle familiar e a exposição a modelos midiáticos, como Mirna Lee, exemplificam as formas sutis e simbólicas de dominação descritas por Bourdieu (2012), evidenciando a complexa interação entre normas sociais, práticas de vigilância e sofrimento individual.

Portanto, *Alice no Espelho* além de retratar as angústias de uma adolescente frente à ditadura estética, mas também ilumina os processos de constituição da subjetividade em um contexto de tensão entre imposições externas e busca por autonomia. A trajetória de Alice revela a fragilidade e a plasticidade do self, destacando que a construção identitária envolve conflito, negociação e resistência, consolidando a obra como um importante estudo literário sobre corpo, identidade e subjetividade na contemporaneidade.

## 3.3 ECILA NO ESPELHO

A essência da transformação subjetiva experienciada pela protagonista é confirmada pelos acontecimentos narrativos que culminam no primeiro contato de Alice com sua contraparte especular. Em meio a um estado de profunda angústia, marcado por práticas autodestrutivas como a compulsão alimentar seguida de vômito, Alice encontra-se em uma situação-limite, na qual o corpo e a psique revelam a intensidade de seu sofrimento. É nesse contexto de exaustão física e emocional que se dá o momento inaugural de sua travessia simbólica: o encontro com a imagem refletida no espelho.

A cena é emblemática, pois o espelho não apenas devolve à personagem a visão de um corpo que ela rejeita, mas inaugura a possibilidade de transitar para outra dimensão de sua subjetividade. A narrativa descreve o instante em que, ao se colocar diante do espelho, Alice vê refletida uma figura que a desconcerta:

> Levanta do chão e fica em pé na frente do espelho emoldurado. Nele vê uma garota gordona olhando para ela feito pateta (quem seria?). Atrás dela, um quarto igualzinho, só que com tudo em posição invertida. E resolve fazer de conta, como a outra Alice (a do país das maravilhas), que o espelho de repente ficou todo macio e que é possível atravessar para o outro lado (Bergallo, 2006, p. 52).

Esse episódio é crucial, pois demarca o instante em que o espelho deixa de ser apenas um objeto material e assume o papel de dispositivo simbólico. Ele opera como

um limiar entre o real e o imaginário, permitindo que a protagonista projete, confronte e, de certa forma, desdobre sua identidade fragmentada. A imagem refletida não corresponde a um “outro” absoluto, mas a uma extensão de si mesma, uma alteridade que, ao mesmo tempo em que ameaça, também abre a possibilidade de reconfiguração de sua subjetividade.

Essa travessia é um rito de passagem simbólico, onde Alice confronta a imagem do corpo tão repudiado no seu mundo, em vez da magreza que lhe era imposta. O encontro com essa outra é marcado por um acolhimento imediato, sugerindo a instauração de um espaço de aceitação que contrasta com a realidade opressora de Alice:

> Sente que alguém se aproxima por trás e então se vira para ver quem é. Lá está ela, a garota gorda, tão gorda, coitada!
> - Oi – a voz de Alice tem um tom de pena.
> - Oi – responde a outra, abrindo um sorriso na cara redonda. - Seja bem-vinda ao mundo do espelho. Eu estava mesmo esperando por você.
> - Ah, é? E para quê?
> - Acho que podemos ser amigas. Vem comigo.
> A gordona estende a mão para Alice, que, sem saber direito por quê, também dá a mão para ela. Repara que, na outra mão, a garota carrega uma pequena mala (Bergallo, 2006, p. 53).

Sob a perspectiva psicanalítica, a aparição de Ecila pode ser compreendida como a exteriorização simbólica do inconsciente reprimido de Alice. Freud (1923) já afirmava que a constituição do “eu” ocorre sempre em relação ao “outro”, sendo este um elemento indispensável no processo de construção da identidade. Nesse sentido, o que é reprimido pela consciência não se extingue, mas persiste de forma latente, retornando em manifestações deslocadas ou distorcidas. A figura de Ecila, portanto, emerge como a corporificação desse retorno: ela representa o que Alice teme, rejeita e tenta ocultar em si mesma, a imagem da “garota gordona” (Bergallo, 2006, p. 52), expressão condensada de seus conflitos internos e de sua luta contra os padrões estéticos impostos socialmente.

Contudo, é precisamente nessa alteridade perturbadora que reside a possibilidade de transformação. Ao mesmo tempo em que Ecila encarna o que há de mais doloroso para Alice, a confrontação direta com sua autoimagem negativa, ela também se configura como a via de acesso a um processo de ressignificação subjetiva. Paradoxalmente, aquilo que se apresenta como ameaça é também o

caminho para a libertação, pois obriga a protagonista a encarar sua própria fragmentação e a reconstituir-se a partir do diálogo com essa dimensão recalcada de sua psique. Assim, Ecila não deve ser entendida apenas como a personificação do sofrimento de Alice, mas como o elemento catalisador de sua possibilidade de cura, na medida em que o enfrentamento do reprimido constitui condição necessária para qualquer movimento de elaboração e superação.

A projeção especular pode ser analisada à luz da teoria do *estádio do espelho*, formulada por Lacan (1949), a qual constitui um marco fundamental no processo de formação da identidade. Nesse estágio, o sujeito elabora sua noção de “eu” a partir da tensão instaurada entre a imagem refletida e a experiência interna, permeada por desejos, fantasias e incompletudes. O reflexo não se limita a ser mera reprodução do real, mas representa a constituição simbólica do sujeito em relação ao outro e ao mundo, instaurando uma dialética entre alienação e reconhecimento.

O espelho adquire essa função estruturante e, ao mesmo tempo, desestabilizadora: mais do que refletir a aparência física de Alice, ele atua como um dispositivo narrativo que expõe as fissuras de sua subjetividade. Ao encarar sua imagem refletida, a protagonista confronta simultaneamente seus anseios íntimos e as pressões externas que moldam sua percepção de si. Portanto, o espelho figura como ponto de ruptura e de reflexão crítica, instaurando uma zona liminar em que identidade e alteridade se entrelaçam. Nesse espaço, evidencia-se a porosidade entre os desejos pessoais de Alice e as imposições sociais que lhe são dirigidas, revelando a fragilidade e a maleabilidade de sua autoimagem.

Assim, a cena especular não deve ser compreendida apenas como uma metáfora de reconhecimento, mas como o momento em que o sujeito é colocado diante da tensão irredutível entre autonomia e dominação simbólica. É nesse embate que a narrativa permite compreender a experiência de Alice como expressão literária das contradições vividas pelos indivíduos que enfrentam a imposição de padrões normativos de corpo e identidade.

A análise da obra revela a figura de Ecila como um elemento central na jornada de autodescoberta e reconstrução identitária da protagonista. Ecila emerge como o *alter ego* de Alice, um contraponto fundamental à sua subjetividade inicialmente marcada pela dor, pela autoimagem distorcida e pela pressão da normatividade estética. Mais do que uma mera inversão do nome, Ecila simboliza a emergência de uma outra voz, um “outro eu” que representa a resistência intrínseca às imposições

sociais e à ditadura da estética.

Ecila emerge na narrativa como a personificação do acolhimento e da liberdade, funcionando como contraponto às angústias que aprisionam Alice em um ciclo de autoagressão e inadequação. Sua presença oferece à protagonista um espaço de empatia genuína, no qual a dor, o sofrimento e a diferença corporal não são negados, mas reconhecidos e ressignificados. Nesse processo, o corpo de Alice, até então marcado pela estigmatização, é reinscrito em um novo regime de valor simbólico, que desloca a lógica excludente dos padrões midiáticos e os confronta criticamente.

Nesse contexto, Ecila desempenha um papel essencial de mediação, pois questiona a legitimidade do ideal estético encarnado por Mirna Lee, figura inicialmente reverenciada por Alice como modelo absoluto de sucesso e perfeição. Através da travessia para o mundo espelhado, esse ideal se desfaz, revelando sua fragilidade e artificialidade. O episódio em que Alice testemunha a cena inesperada entre Tiago e Mirna Lee ilustra esse processo de desmistificação:

> “Não é possível!”, pensa Alice, muito chocada. “Eu não posso estar vendo isso. Devo estar louca, fiquei louca de tanto vomitar!”
> Mas, se chegarmos perto, veremos exatamente a mesma cena. Uma coisa muito estranha, muito improvável, mas bem real: Tiago e Mirna Lee trocando um beijo daqueles! (Bergallo, 2006, p. 55).

A narrativa, ao expor o caráter ilusório da perfeição representada por Mirna Lee, desloca a centralidade do padrão hegemônico de beleza e evidencia seu aspecto construído e, portanto, passível de questionamento. Ecila, enquanto alteridade especular, acolhe Alice e a conduz à percepção de que os modelos sociais de corpo e feminilidade são arbitrários e excludentes. Assim, o espelho torna-se lugar de revelação e crítica, permitindo à protagonista vislumbrar caminhos para a reconstrução de sua subjetividade fora da tirania da imagem idealizada.

Sob essa perspectiva, Ecila pode ser compreendida como uma manifestação da alteridade bakhtiniana, na medida em que “o eu só se reconhece na presença do outro” (Bakhtin, 1997, p. 341). Nessa função, Ecila assume dupla dimensão: é simultaneamente espelho e mediadora, oferecendo à protagonista uma voz que tensiona a identidade hegemônica de Alice e possibilita a emergência de novas configurações subjetivas. A alteridade de Ecila confronta não apenas os padrões internalizados de Alice, mas os moldes sociais normativos que promovem a

uniformização e a supressão da individualidade.

O contraste entre liberdade e padronização é intensificado pela figura do pai de Ecila, exilado por exercer o direito de ser diferente. Seu afastamento evidencia, de forma dramática, a crítica de Bergallo à pressão social pela conformidade e à imposição de modelos rígidos de comportamento e aparência. O exílio paterno ressoa com a percepção de Alice sobre a homogeneização social, como é narrado em um episódio em que a uniformidade se apresenta de maneira literal e simbólica:

> - Seu pai não sabe nada e você entende menos ainda! – uma voz grossa e autoritária ressoa inesperadamente pelo quarto.
> Quatro homens acabam de chegar, acompanhados de tia Ana e da mãe da gorda. É uma cena no mínimo curiosa: três homens iguaizinhos entre si e outro que é a cara do atendente da lanchonete onde Ecila comeu o cachorro-quente. Isso para não falar das duas mulheres, cópias perfeitas uma da outra. Todos lindos, é verdade. Embora bem zangados. "Como Ecila sabe quem é quem?", pergunta-se Alice. E, na mesma hora, lembra-se do rosto do próprio pai (meio apagado pela poeira do tempo) e do personagem-ovo Humpty Dumpty, que disse para a Alice do país das maravilhas que não a reconheceria se eles se encontrassem: "*Você é tão exatamente igual às outras pessoas, seu rosto é igual ao de todo mundo; dois olhos, nariz no meio, boca embaixo… É sempre a mesma coisa"* (Bergallo, 2006, p. 82).

A presença de Ecila e sua função orientadora constituem elementos centrais no processo de desconstrução da autoimagem internalizada por Alice. Inicialmente percebida como estranha e provocadora, Ecila gradualmente se revela como mediadora de uma nova forma de percepção do próprio corpo e da própria identidade, desafiando as verdades absolutas que Alice assimilou ao longo do tempo sobre padrões estéticos e normas sociais de beleza. Por meio desse encontro, a opressão simbólica da ditadura estética é confrontada, e Alice é conduzida a uma reflexão crítica sobre os mecanismos que moldaram sua subjetividade.

Esse processo de enfrentamento e ressignificação culmina na reconstrução de uma identidade mais autêntica e soberana, evidenciada pela tomada de decisões que afirmam sua autonomia pessoal e corporal. A narrativa registra esse momento de afirmação individual de forma explícita: "Alice já está decidida: não vai mais a nenhum médico e ninguém vai obrigá-la a fazer exames ou a tomar remédios. Afinal, é ela a dona de seu próprio corpo" (Bergallo, 2006, p. 39).

Essa assertiva configura-se como um verdadeiro manifesto de autodeterminação, indicando a passagem de uma identidade previamente conformada às expectativas externas para uma consciência de si própria edificada a partir da experiência pessoal e da resistência frente às pressões sociais. O processo de autoconhecimento atinge sua consolidação no epílogo da obra, momento em que Alice assume de forma plena a autoria de sua narrativa e de sua identidade. Nessa etapa, a protagonista além de reafirmar sua autonomia, reconhece o valor de sua trajetória ao compartilhá-la como instrumento de orientação e inspiração para outros sujeitos que enfrentam desafios semelhantes, destacando a relevância de sua luta como gesto de empoderamento e de reconstrução subjetiva.

A trajetória de Alice, portanto, conduz a um imperativo de transformação, cura e libertação, evidenciando a supremacia da essência sobre a forma e a exterioridade. Nesse contexto, Ecila assume a função de mediadora dessa jornada, representando o caminho para a autoaceitação e a conquista da liberdade subjetiva. Sua presença valida a valorização das diferenças e ressalta a importância da reconexão com a própria essência, promovendo a ruptura com os padrões estéticos hegemônicos que, como observam as narrativas da obra, "infernizam a cabeça" (Bergallo, 2006, p. 158), impondo uma percepção distorcida de si mesma e da própria corporeidade.

Portanto, Ecila se apresenta como elemento central no processo de reconstrução subjetiva de Alice, funcionando simultaneamente como *alter ego*, mediadora e agente de transformação. Por meio do encontro especular, a protagonista confronta suas repressões, a imagem corporal internalizada e os padrões estéticos hegemônicos que condicionavam sua identidade. A interação com Ecila permite que Alice ressignifique seu corpo e sua autoimagem, rompendo com a opressão simbólica e assumindo uma postura de autonomia e autodeterminação. Dessa forma, a narrativa evidencia que a subjetividade se constrói em tensão entre pressões externas e experiências internas, e que o reconhecimento da própria essência e das diferenças constitui caminho decisivo para a liberdade e a autoaceitação.

## 3.4 O SUJEITO LEITOR: PERCEBENDO ALICE X ECILA

O confronto entre Alice e Ecila, personagens centrais em *Alice no Espelho*, ultrapassa a esfera de um simples conflito individual da protagonista, assumindo um papel de ressonância mais ampla na experiência do leitor. A narrativa convoca o leitor a se engajar ativamente na observação dessa dualidade, promovendo o reconhecimento das próprias tensões internas, das disputas por autoaceitação e das complexidades envolvidas na construção contínua da identidade. Dessa forma, o embate entre as duas figuras funciona como instrumento crítico, permitindo que o leitor reflita sobre seus processos subjetivos e sobre os condicionamentos sociais que moldam percepções de si e do outro.

A tensão que se estabelece entre Alice e Ecila não se desenvolve de forma linear, mas configura-se como uma alegoria do processo de construção identitária, intrinsecamente marcado por fragmentações, rupturas e resistências. Nesse sentido, a literatura juvenil desempenha papel significativo ao funcionar como um espelho crítico da realidade, oferecendo aos leitores jovens a oportunidade de se reconhecerem nas experiências narradas, ao mesmo tempo em que são instigados a questionar as normas culturais e sociais estabelecidas, refletindo sobre os padrões de comportamento, aparência e identidade que permeiam o cotidiano.

A construção narrativa de Bergallo é concebida de forma dialógica, no sentido bakhtiniano, “o diálogo não é apenas uma forma de comunicação, mas uma condição ontológica da existência do sujeito” (Bakhtin, 1997, p. 328). Contudo, essa concepção de que vozes diferentes se tensionam e se complementam é central na interação entre Alice e Ecila. Elas encenam a polifonia interna do ser, um princípio que permite ao leitor perceber-se igualmente atravessado por múltiplas vozes e imperativos sociais. A obra aborda questões sociais, emocionais e existenciais de maneira crítica e sensível, transformando-se em um território de cultura elevada e um espaço de acolhimento e identificação para jovens que se sentem sozinhos e incompreendidos.

Judith Butler (1990) enfatiza que a “dimensão performativa do corpo” evidencia que as identidades não são inerentes ou fixas, mas constituídas por atos reiterados, passíveis de subversão e resignificação. Essa perspectiva encontra ressonância na dinâmica presente na obra, na medida em que a protagonista inicialmente incorpora o peso das normas sociais, evidenciado por sua preocupação obsessiva em conformar-se a um ideal estético. Essa conformidade é manifestada tanto na

percepção distorcida que Alice possui de seu próprio corpo quanto na internalização da ditadura da beleza propagada pela mídia, simbolicamente representada pelas revistas de moda que orientam padrões impossíveis de realização. A narrativa ilustra essa influência externa de forma contundente:

> Uma pilha de revistas de papel brilhante, muito coloridas, está espalhada sobre o lençol. Na capa de uma delas, uma garota de olhos apertados (parecendo que se esforça para enxergar melhor) envolve seus braços compridos um enorme ramo de flores. Sobre o corpo, um vestido quase invisível deixa entrever as pernas intermináveis enquanto os cabelos voam ao vento. Um pouco abaixo do nome da revista (*Beleza e Leveza*), a explicação que procuramos em forma de manchete: “A deusa Mirna Lee dá a receita do sucesso” (Bergallo, 2006, p. 19).

Essa cena evidencia como a repetição de imagens midiáticas e discursos normativos atua sobre a formação da subjetividade de Alice, impondo padrões rígidos que modelam sua autoimagem e condicionam suas práticas corporais. A performatividade do corpo, nesse contexto, não se limita à expressão física, mas manifesta-se como um campo de tensão entre os desejos individuais e a pressão social, reforçando a centralidade da obra na análise das construções identitárias e da crítica à normatividade estética.

Essa pressão social e simbólica sobre o corpo de Alice manifesta-se em comportamentos autodestrutivos, caracterizados por dietas compulsivas e episódios de ingestão alimentar exagerada seguidos de vômitos, desencadeando sofrimento tanto físico quanto psicológico. A narrativa evidencia a intensidade dessa experiência: o consumo excessivo de sorvete leva Alice a uma sensação avassaladora de peso e desconforto corporal, acompanhada de dores físicas e angústia mental. A própria expulsão do alimento, realizada de maneira compulsiva, representa simultaneamente uma tentativa de alívio e um ritual de autopunição, no qual a culpa e a percepção de inadequação corporal se sobrepõem à sensação momentânea de controle:

> O pote de sorvete agora está vazio. E a barriga de Alice, completamente cheia. Um peso horrível toma conta de to-do o seu corpo. A cabeça dói, o estômago dói mais do que antes, e ela corre para o banheiro. Aí acontece aquilo que a gente já sabe: Alice vomita, vomita, vomita. A culpa por ter comido feito doida vai saindo com o vômito, o peso horrível vai diminuindo, só a cabeça não para de doer (Bergallo, 2006, p. 50).

Em contrapartida, Ecila, enquanto imagem invertida de Alice, representa a potencialidade de ruptura e a emergência de novas formas de subjetivação. Sua presença simboliza a recusa ao conformismo e encarna a resistência frente à imposição de padrões estéticos hegemônicos, oferecendo à protagonista a possibilidade de reconfigurar sua identidade de maneira autônoma e emancipatória. Ao personificar uma alteridade libertadora, Ecila materializa um espaço de reinvenção do self, no qual a protagonista pode confrontar as normas sociais internalizadas e estabelecer um vínculo crítico com sua própria corporeidade.

De maneira análoga, a reflexão de Nilda Alves (2002), segundo a qual “o sujeito se constrói no entrelaçamento de discursos sociais e experiências singulares” (p. 77), encontra plena concretização na trajetória de Alice. A narrativa de Bergallo não apenas ilustra os conflitos identitários advindos dessa interação entre pressões externas e vivências pessoais, como também provoca o leitor a confrontar e refletir sobre sua própria fragmentação subjetiva. Nesse sentido, a literatura juvenil se revela um instrumento potente, ao propor modelos de identificação diversificados e representativos, fomentando a ampliação de perspectivas, a valorização da singularidade e o enfrentamento de preconceitos e estereótipos sociais.

O confronto entre Alice e Ecila evidencia, para o leitor, que a experiência da protagonista é também um espelho da própria fragmentação subjetiva humana. Ao acompanhar essa trajetória de autodescoberta e resistência, torna-se perceptível que a identidade não se constitui como um constructo fixo ou homogêneo, mas como um processo dinâmico, provisório e sujeito a contínuas reconfigurações. Nesse sentido, Hall (2006) ressalta que as identidades modernas são descentradas, ou seja, deslocadas e fragmentadas, de modo que a concepção de um “eu” integral, coerente e seguro revela-se uma construção idealizada e irrealista, ausente na experiência concreta do sujeito.

O romance de Laura Bergallo configura-se como a narrativa de uma jovem atravessada pelo sofrimento decorrente de transtornos alimentares, funcionando como um dispositivo crítico para leitores que se deparam com os imperativos impostos por ideais de corpo e de existência inatingíveis. A obra assume, assim, uma função reflexiva, convidando à problematização da conformidade social e à valorização da singularidade individual. A trajetória de Alice culmina em um gesto de autoapropriação e resistência, consolidando-se como um processo de afirmação subjetiva frente às pressões normativas e estéticas da sociedade contemporânea.

Ao final de sua jornada, Alice realiza uma profunda reconfiguração de seus valores, reconhecendo a importância de “dar valor ao que realmente vale” e de perceber, nas pessoas assim como nas rosas, a beleza inerente às diferenças. Nesse sentido, o texto de Laura Bergallo instaura uma “subjetividade emancipada”, capaz de confrontar os imperativos de padronização social e de celebrar a singularidade individual. A narrativa vai além de propiciar uma reflexão crítica sobre os padrões hegemônicos de estética e comportamento, ao estimular os leitores a uma apreensão mais abrangente e sensível da realidade, reconhecendo a complexidade e a multiplicidade das dimensões que constituem o ser humano.

O desfecho da trajetória de Alice evidencia que, ao acompanhar o confronto entre Alice e Ecila, o leitor é convidado a reconhecer-se também constituído por fragmentos, por múltiplas dimensões e tensões internas. A identidade, deve ser compreendida como um processo inacabado, permanentemente em construção, deslocada e sujeita às influências sociais, culturais e históricas. Nesse contexto, o romance de Laura Bergallo transcende a narrativa de uma jovem marcada por sofrimento e transtornos alimentares, configurando-se como um dispositivo de problematização capaz de refletir as pressões de um ideal estético e existencial inatingível.

Assim, relevância do confronto entre Alice e Ecila para o sujeito leitor, na obra *Alice no Espelho* de Laura Bergallo, reside fundamentalmente na sua capacidade de promover um engajamento ativo na observação dessa dualidade, permitindo que o intenso conflito interno da protagonista transcenda o individual e ressoe amplamente na própria experiência do leitor. Essa dinâmica convida o leitor a reconhecer suas próprias tensões internas, as disputas por autoaceitação e as complexidades intrínsecas à construção contínua da identidade. O embate entre Alice e Ecila, portanto, atua como um espaço de contestação, incitando o leitor a refletir sobre seus processos subjetivos e sobre os condicionamentos sociais que moldam as percepções de si e do outro.

A obra tem a notável capacidade de promover a identificação e a empatia, especialmente no público jovem. A angústia de Alice com sua autoimagem, sua obsessão pela Mirna Lee e pela revista “*Beleza e Leveza*”, e a pressão social por padrões de beleza midiáticos, espelham inquietações extremamente comuns à adolescência. A literatura, nesse sentido, cumpre um papel crucial ao atuar como um "espelho da realidade", oferecendo um espaço de acolhimento e compreensão para

jovens que podem se sentir isolados ou incompreendidos em suas lutas por aceitação e identidade. A jornada de Alice, que se inicia com um profundo desconforto com seu corpo e constantes comparações com ideais estéticos difundidos pela mídia, levando-a a comportamentos autodestrutivos como dietas obsessivas e vômitos compulsivos, torna-se um ponto de profundo reconhecimento e ressonância para muitos leitores.

O confronto estimula vigorosamente a reflexão crítica. Ao acompanhar a protagonista e vivenciar o impacto da ditadura da estética, que Pierre Bourdieu conceituaria como violência simbólica, na vida de Alice, o leitor é convidado a problematizar as normas sociais rígidas e a refletir sobre desigualdades estruturais. A obra desafia a passividade e incita o jovem leitor a uma reflexão ativa sobre as complexas representações de identidade e subjetividade. A narrativa desvela as camadas de opressão estética e social, permitindo ao leitor questionar a superficialidade das transformações pautadas em modelos externos e na promessa muitas vezes ilusória de felicidade atrelada à conformidade. O encontro de Alice com Ecila, sua imagem invertida e corporalmente antagônica, que representa a dimensão negada de Alice e a voz da recusa ao conformismo, age como um poderoso catalisador para a desconstrução da autoimagem internalizada.

Por fim, a obra incentiva a valorização da subjetividade e da diversidade. A jornada de Alice culmina em uma declaração de autonomia sobre seu próprio corpo e na valorização profunda da "beleza que existe nas diferenças". Essa resolução, que marca a reintegração identitária de Alice baseada na aceitação autêntica de si mesma, serve como um modelo inspirador para o leitor construir uma identidade genuína, emancipada das pressões externas e celebrando sua singularidade. A perspectiva do sujeito leitor, conforme teorizado por Michèle Petit (2013), sugere que a leitura literária é um processo ativo de construção de sentido, onde o leitor, com suas vivências, emoções e repertório, interpreta o texto de maneira singular. Essa leitura oferece um espaço interior “privilegiado” para o indivíduo acessar e processar emoções, reavaliar convicções e, assim, desempenha um papel fundamental na formação e transformação da identidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A obra *Alice no Espelho*, de Laura Bergallo, revela-se uma narrativa poderosa e sofisticada sobre a construção da subjetividade adolescente, ao mesmo tempo que denuncia os mecanismos de dominação simbólica e a pressão social sobre corpos e identidades. Alice, protagonista da história, transita entre experiências de sofrimento intenso e confrontos com normas estéticas inatingíveis, o que evidencia a complexidade do self como um constructo historicamente situado, fragmentado e em constante reconfiguração. A obra demonstra, de forma contundente, que a identidade não é um dado biológico ou fixo, mas resultado de processos de negociação contínuos entre expectativas externas, pressões sociais e experiências internas.

A presente dissertação propôs-se a investigar de que modo a imposição de um padrão universalista de beleza interfere na complexa construção das identidades individuais, utilizando a obra em questão, como lente de análise crítica. Ao longo do estudo, buscou-se ir além da simples inserção da referida obra no panorama da literatura juvenil brasileira, explorando sua significativa contribuição para a discussão de temáticas essenciais, como o corpo, a autoimagem e o poder nas relações de gênero. Os resultados desta pesquisa reafirmam o pressuposto de que a literatura juvenil contemporânea constitui um campo fértil para a discussão de questões de identidade, subjetividade e as múltiplas influências sociais, culturais e simbólicas que permeiam a formação do eu.

O espelho, figura central do romance, não é um mero instrumento de reflexão; ele se constitui como um espaço liminar, simbólico, onde a protagonista enfrenta a tensão entre a autoimagem distorcida e os padrões hegemônicos de beleza. A personificação do espelho como um algoz e a internalização de julgamentos externos evidenciam a opressão simbólica que atravessa a vida de Alice e reforçam a perspectiva de Bourdieu (1989; 2012) sobre a dominação que se manifesta por vias sutis, permeando sentimentos, percepções e comportamentos. Assim, a obra demonstra que a construção da subjetividade não ocorre em um vácuo, mas em constante interlocução com forças sociais, familiares e midiáticas, que definem, de forma quase imperceptível, os contornos do self.

A análise crítica empreendida na trajetória de Alice permitiu evidenciar a intrínseca relação entre a construção identitária e as imposições sociais na contemporaneidade ilustrando, com profundidade, os efeitos da modernidade líquida,

em que identidades se tornam instáveis, móveis e constantemente ameaçadas pela impossibilidade de alcançar padrões normativos rígidos. A protagonista encarna a fragilidade e a precariedade de um self que, apesar de se esforçar por corresponder às expectativas sociais, encontra-se frequentemente deslocado, incompleto e em conflito com sua própria corporeidade. A obra, portanto, oferece uma leitura crítica sobre os efeitos da midiatização da beleza, da vigilância social e das imposições normativas na constituição da identidade adolescente.

Importante destacar que, ao longo da narrativa, Bergallo vai além da exposição dos mecanismos de opressão, ao evidenciar a possibilidade de resistência e de reconstrução de um *self* autônomo. A travessia do espelho simboliza um rito de passagem, no qual Alice confronta sua identidade fragmentada, reconhece as pressões que a moldam e conquista, gradualmente, a capacidade de afirmar-se como autora de sua própria história. O epílogo da obra, “Epílogo ou Alice por ela mesma”, é emblemático nesse sentido: representa a apropriação da narrativa pessoal, a rejeição da medicalização imposta e a valorização de uma beleza que celebra diferenças, em oposição à homogeneização social e estética.

Em última análise, *Alice no Espelho* oferece uma contribuição significativa para a reflexão acadêmica sobre identidade, subjetividade e corporeidade na contemporaneidade. Bergallo combina uma narrativa literária envolvente com uma crítica social sofisticada, articulando os processos internos da construção do self com os dispositivos externos de poder, vigilância e normatização. A narrativa evidencia que a subjetividade é simultaneamente vulnerável e resistente, marcada por conflitos internos e imposições externas, mas capaz de emergir transformada quando a protagonista se apropria de sua agência e desafia os padrões estabelecidos.

A análise realizada nesta dissertação confirma que o romance não somente retrata o sofrimento adolescente frente às pressões estéticas, como igualmente aponta caminhos para uma construção identitária mais autônoma, crítica e autêntica, reafirmando a literatura como um espaço privilegiado de reflexão sobre a condição humana e os dilemas contemporâneos da subjetividade.

Nas últimas décadas, a literatura juvenil deixou de ter apenas caráter educativo para consolidar-se como espaço de criação estética e crítica social. Autores contemporâneos abordam com profundidade os chamados temas fraturantes, como distúrbios alimentares, crises de identidade e pressões estéticas sobre os corpos femininos, fazendo da narrativa um espelho da realidade. Mais que entreter, essa

produção literária acolhe, provoca reflexões e contribui para a transformação social, legitimando-se como instrumento formativo e crítico para o jovem leitor.

Nesse contexto de fluidez, o corpo feminino emerge como um território privilegiado de visibilidade e escrutínio social, um locus de disciplinamento e violência simbólica, conforme os pressupostos de Pierre Bourdieu. A ditadura da estética, amplamente disseminada pela mídia e pelas plataformas digitais, promove a incessante busca pelo “corpo perfeito”, configurando-se como um aparato de poder que produz e regula comportamentos, fomentando a conformidade e a homogeneização das identidades.

A trajetória de Alice configura uma alegoria do processo de construção e desconstrução identitária. Inicialmente submissa às normas e presa a uma autoimagem distorcida, manifesta comportamentos autodestrutivos. O espelho, símbolo de imersão na subjetividade, torna-se rito de passagem que a leva ao confronto interno e ao encontro com Ecila, sua versão invertida e resistente ao conformismo. Já figuras como Mirna Lee e Tiago evidenciam a artificialidade dos padrões de beleza, levando-a a questionar identidades moldadas pelo olhar social.

Partindo da centralidade do sujeito leitor, esta pesquisa enfatiza sua importância no processo de construção de sentidos. A literatura juvenil, ao dialogar com experiências adolescentes, favorece a identificação e a reflexão sobre o próprio lugar no mundo, propondo a leitura como experiência existencial e interpretativa, em contraste com abordagens puramente técnicas ou objetivas.

Em linhas gerais, a produção de Bergallo transcende a ficção ao problematizar os padrões restritivos da sociedade contemporânea, fortalecendo a crítica literária juvenil brasileira. A trajetória de Alice, do aprisionamento à emancipação, simboliza tanto a superação individual quanto um chamado à valorização da singularidade e à libertação de normas impostas, evidenciando a literatura juvenil como instrumento para formar leitores críticos, autônomos e socialmente conscientes.

Para futuras pesquisas, sugere-se a expansão da análise para outras obras da autora ou de outros escritores de literatura juvenil que abordem temáticas fraturantes, bem como a realização de estudos de recepção para investigar o impacto direto dessas narrativas junto ao público jovem. Tais investigações poderiam aprofundar a compreensão das estratégias pedagógicas mais eficazes para o trabalho com temas sensíveis em ambiente escolar, fortalecendo ainda mais o papel da literatura na formação humanística e crítica das novas gerações.

## REFERÊNCIAS

ABERASTURY, A. (Org.). *Adolescência*. 6. ed. Trad. R. Cabral. Porto Alegre: Artmed, 1990.

AGUIAR, F. A. R.; ARRUDA, L. P.; DOURADO, J. V. L.; FERREIRA JUNIOR, A. R. Adolescência: definições, critérios e indicadores. *Rev. Enferm UFPE online*, v. 14, 2020. Disponível em: https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/viewFile/245827/35755. Acesso em: 25 jun. 2025.

ANDRADE, F. As contradições da mulher pós-moderna. *Revista eletrônica interfaces*, Guarapuava, v. 4, n. 1, p. 21-31, jul. 2013. Disponível em: https://revistas.unicentro.br/index.php/revista_interfaces/article/view/2347. Acesso em: 20 abr. 2025.

ANTONIO, S. *Educação e transdisciplinaridade: crise e reencantamento da aprendizagem*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BAUMAN, Z. *Modernidade líquida*. Trad. Plinio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

_____. *Identidade: entrevista Benedetto Vecchi*. Trad. Carlos Alberto. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BEE, H. L. *O ciclo vital*. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2012.

BERGALLO, L. *Alice no espelho*. São Paulo: Edições SM, 2006.

BOCK, A. M. B. A perspectiva sócio-histórica de Leontiev e a crítica à naturalização da formação do ser humano: a adolescência em questão. *Cadernos Cedes*, Campinas, v. 24, n. 62, p. 26-43, abr. 2004. Disponível em: https://www.cedes.unicamp.br. Acesso em: 03 mar. 2025.

BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

_____. *A dominação masculina*. Trad. Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BRAICK, P. R.; MOTA, M. B. *História:* das cavernas ao terceiro milênio. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2007.

BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)*. Brasília, DF: Senado, 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm. Acesso em: 03 mai. 2025.

BUTLER, J. *Gender Trouble:* Feminism and the Subversion of Identity. New York: Routledge, 1990.

CABEDA, S. T. L. A ilusão do corpo perfeito: o discurso médico na mídia. In: STREY, M. N.; CABEDA, S. T. L.; PREHN, D. R. (Orgs.). *Gênero e cultura: questões contemporâneas*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004. p. 149-172.

CERTEAU, M. de. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. 17. ed. Trad. E. F. Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

COLOMER, T. *Introdução à literatura infantil e juvenil atual*. Trad. L. Sandroni. São Paulo: Global, 2017.

CRUVINEL, L. W. F. Formação e iniciação na literatura juvenil contemporânea. In: CAMARGO, G.; TURCHI, M. Z. (Orgs.). *Trilhas na formação do jovem leitor: imaginários sociais e cidadania*. Goiânia: Cânone, 2015.

DIAS, E. S.; DE CARVALHO, D. B. A literatura juvenil contemporânea: breves considerações sobre a formação de um subsistema literário. *Miscelânea*, Assis, v. 26, p. 257-269, jul.-dez. 2019.

EISENSTEIN, E. Adolescência: definições, conceitos e critérios. *Rev. Adolescência e Saúde*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 1-3, 2005. Disponível em: https://cdn.publisher.gn1.link/adolescenciaesaude.com/pdf/v2n2a02.pdf. Acesso em: 10 mar. 2025.

ERIKSON, E. *Identidade: juventude e crise*. Trad. Á. Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

FERREIRA, A. B. H. de. *Mini Aurélio: o dicionário da língua portuguesa*. 8. ed. Curitiba: Positivo, 2010.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Trad. R. Ramalhete. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

FREUD, S. *O ego e o id*. Rio de Janeiro: Imago, 1923.

GENNEP, A. V. *Os ritos de passagem*. 2. ed. Trad. M. Ferreira. Petrópolis: Vozes, 2011.

GIDDENS, A. *Modernidade e identidade*. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 2002.

GILLER, E. *What is psychological trauma*. Baltimore, MD, USA: Sidran Institute, 1999.

GONZÁLEZ REY, F. L. A pesquisa e o tema da subjetividade em educação. *Revista Psicologia da Educação*, São Paulo, n. 13, 2º sem., p. 9-15, 2001. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/psicoeduca/article/view/32815/22634. Acesso em: 11 jun. 2025.

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11. ed. Trad. T. T. da Silva. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

_____. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Trad. A. L. G. Resende. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

KEHL, M. R. A violência do imaginário. In: COMPARATO, M. C. M.; MONTEIRO, D. S. F. (Orgs.). *Mentes e mídia: diálogos interdisciplinares*, vol. 2, p. 45-60. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001.

KEHL, M. R. *Deslocamentos do feminino: a mulher freudiana na passagem para a modernidade*. Rio de Janeiro: Imago, 2004.

KOLCK, O. L. van. *Testes projetivos gráficos no diagnóstico psicológico*. São Paulo: EPU, 1984.

LACAN, J. O estádio do espelho como formador da função do eu. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1949.

LANGLADE, G. *La lecture subjective*. Québec: Québec français, 2007.

LIRA, L. M. S. B. O contemporâneo na literatura infantil: temas fraturantes na infância. 2021. 75 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2021.

LUFT, G. A literatura juvenil brasileira no início do século XXI: autores, obras e tendências. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, Brasília, n. 36, p. 111-130, jul.-dez. 2010. Disponível em: https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=323127101008. Acesso em: 01 dez. 2024.

MARTHA, A. Á. P. Temas e formas da narrativa juvenil brasileira contemporânea. *Anais do SILEL*, v. 2, n. 2, Uberlândia: EDUFU, 2011.

NADER, M. B.; CAMINOTI, J. M. Gênero e poder: a construção da masculinidade e o exercício do poder masculino na esfera doméstica. *Anais*, v. 16, 2014.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. *Relatório da Situação Global sobre a Prevenção da Violência contra Crianças 2020: Resumo de Orientação*. Disponível em: https://www.who.int/es/publications/i/item/9789240006379. Acesso em: 08 abr. 2025.

PAPALIA, D. E.; FELDMAN, R. D.; MARTORELL, G. *Desenvolvimento humano*. 12. ed. Porto Alegre: Artmed, 2013.

PEREIRA, M. T. G. Mururu no Amazonas: diálogos poéticos e culturais com o leitor jovem. In: MARTHA, A. Á. P.; AGUIAR, V. T. de (Orgs.). *Literatura infantil e juvenil: leituras plurais*. Miscelânea, Assis, v. 26, p. 257-269, jul.-dez. 2019.

PEREIRA, M. V.; SEFFNER, F. Entre o dito e o não-dito: a morte na literatura infantojuvenil. *Revista Textura*, v. 21, n. 45, p. 148-174, jan./mar. 2019.

PETIT, M. *Os jovens e a leitura: uma nova perspectiva*. Trad. C. O. de Souza. São

Paulo: Ed. 34, 2008.

PETIT, M. *Leituras: do espaço íntimo ao espaço público*. São Paulo: Editora 34, 2013.

PORTO, A. P. T.; BATTISTI, R. Literatura juvenil brasileira: narrativas do século XXI. *Literatura em Debate*, v. 10, n. 18, p. 222-232, 2016. Disponível em: https://www.revistas.fw.uri.br/index.php/literaturaemdebate/article/download/2409/2137. Acesso em: 05 dez. 2024.

SCHILDER, P. *A imagem do corpo*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

SOIHET, R. Violência simbólica: saberes masculinos e representações femininas. *Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 7-29, 1997.

STEIN, E. *Epistemologia e crítica da modernidade*. 2. ed. Ijuí: UNIJUÍ Ed., 1991, p. 29.

RAMOS, A.; NAVAS, D. *Literatura juvenil: dos dois lados do Atlântico*. Porto: Tropelias & Companhia, 2016.

RICOEUR, P. *O si-mesmo como um outro*. Trad. L. M. Cesar. Campinas: Papirus, 1991.

ROUXEL, A.; LANGLADE, G.; REZENDE, N. L. de (Orgs.). *Leitura subjetiva e o ensino de literatura*. São Paulo: Alameda, 2013.

RUFFINO, R. Sobre o lugar da adolescência na teoria do sujeito. In: RAPPAPORT, C. R. et al. *Adolescência: uma abordagem psicanalítica*. São Paulo: EPU, 1993. p. 25-53.